

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL**

LÍVIA FERREIRA CARDOSO MARINS

**Os serviços de atenção (na rua) à população em situação de rua de Vitória:
uma história contada em três tempos**

**VITÓRIA
2013**

LÍVIA FERREIRA CARDOSO MARINS

**Os serviços de atenção (na rua) à população em situação de rua de Vitória:
uma história contada em três tempos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Institucional.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elizabeth Maria Andrade Aragão

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Lílian Rose Margotto

VITÓRIA

2013

**Os serviços de atenção (na rua) à população em situação de rua de Vitória:
uma história contada em três tempos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Institucional.

Data de aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Elizabeth Maria Andrade Aragão

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional/UFES

Orientadora

Prof.^a Dr.^a Katia Faria de Aguiar

Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UFF

Prof.^a Dr.^a Ana Paula Figueiredo Louzada

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional/UFES

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Marins, Livia Ferreira Cardoso, 1981-

Os serviços de atenção (na rua) à população de rua em situação de rua de Vitória: uma história contada em três tempos / Livia Ferreira Cardoso Marins, 2013. 81f. 31cm.

Orientador: Dra. Elizabeth Maria Andrade Aragão
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional.

1. Política social. 2. População adulta de rua. 3. História. I. Aragão, Elizabeth Maria Andrade. II. Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional. III. Título.

CDD:

AGRADECIMENTOS

Em especial à Beth e à Lilian pelas orientações à vida muito mais do que à escrita, e aos demais professores do Programa.

Aos colegas da turma V que compartilharam as agonias e as delícias desse processo, especialmente à Ana Paula Dettman, companheira no desafio da sala de aula.

À Soninha, Secretária do PPGPSI que de tão grandiosa deveria ser chamada de Soníssima.

Anelise-Karina que antes mesmo de mim perceberam um projeto de mestrado nas minhas indagações.

Às colegas dos trabalhos por onde passei ao longo desse tempo do mestrado:

As da Semas que abriram campo aos questionamentos cotidianos: Anabel, Gil, Renata e Roberta. Às amigas-irmãs, Cleia, Jana e Elizeth, companheiras que a distância só aproxima. Às da Estação, Ana Paula e Rayane por me incentivarem a escutar as histórias no interesse em ouvi-las a cada retorno de uma entrevista. Às do Iases: Em especial à Rafa que ao me ouvir me fez acreditar que o que eu tinha a contar, de fato, era interessante. Andressa, Renata e Bianca por me fazerem acreditar todo dia que o nosso mundinho pode ser melhor. Aos colegas do RH que me fazem perceber que trabalho pode ser suave.

Sogro, Sogra, Cunhas e Concas por entenderem as ausências nos domingos.

Mãe, Pai, irmãos, cunhados e sobrinhos que mesmo de longe me ofereceram colo e ombro.

Mais que especialmente, ao Marido, grande companheiro e principal incentivador.

Ao povo da rua que me ensinou que a vida é maior e sempre pede passagem.

RESUMO

Essa pesquisa procurou compreender como constituiu-se historicamente na cidade de Vitória-ES a necessidade do poder público municipal instituir uma rede de serviços para a atenção à população adulta em situação de rua. Para tanto, utilizou-se da História Oral pela qual abordou-se, por entrevistas temáticas, com nove trabalhadores do, que se organizou mais tarde em Vitória como, Serviço Especializado em Abordagem Social. Analisou a história que vai se constituindo desse serviço por meio do conceito de Enclave Sociais (Caldeira, 2011) e a noção Foucaultiana (2008) a respeito dos mecanismos de segurança na gestão das cidades.

ABSTRACT

This research sought to understand how historically was constituted in Vitória-ES the need of municipal government set up a network of services to the attention of the adult population in the streets. Therefore, we used oral history interviews in which subjects addressed by nine workers who organized later in Victoria as a Service Specializing in Social Approach. Analyzes the history that will constitute this service through the concept of Social Enclave (Caldeira, 2011) and the notion Foucaultian (2008) regarding the security mechanisms in the management of cities.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADRA - Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais

CAD – Centro de Atendimento Dia para População de Rua

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CREAS- Centro de Referência Especializado da Assistência Social

CRJ - Centro de Referência da Juventude

CRPD - Centro de Referência para Pessoa com Deficiência

GPR - Gerência de Acolhimento e Proteção ao Migrante e à População em Situação de Rua

PAMC- Posto de Atendimento ao Migrante Cidadão

PMV- Prefeitura Municipal de Vitória

SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	PÁG. 12
2 UM PONTO DE PARTIDA	PÁG. 15
3 UM TEMPO: O Centro de triagem: Uma política em três etapas	PÁG. 25
4 A TENTATIVA DE SE PRODUZIR UM OUTRO TEMPO: De Quando Se Formaliza a Abordagem de Rua	PÁG. 36
5 MAIS UM OUTRO TEMPO: Complexificando a atuação	PÁG. 49
6 TECENDO OUTROS ELEMENTOS NA CONSTITUIÇÃO DESSA TRAMA	PÁG. 66
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	PÁG. 73
REFERÊNCIAS	PÁG. 76
ANEXOS	PÁG. 81
Mapa I	PÁG. 81
Mapa II	PÁG. 82

A Cidade Ideal

*Cachorro: A cidade ideal dum cachorro
Tem um poste por metro quadrado
Não tem carro, não corro, não morro
E também nunca fico apertado*

*Galinha: A cidade ideal da galinha
Tem as ruas cheias de minhoca
A barriga fica tão quentinha
Que transforma o milho em pipoca*

*Crianças: Atenção porque nesta cidade
Corre-se a toda velocidade
E atenção que o negócio está preto
Restaurante assando galeto*

*Todos: Mas não, mas não
O sonho é meu e eu sonho que
Deve ter alamedas verdes
A cidade dos meus amores
E, quem dera, os moradores
E o prefeito e os varredores
Fossem somente crianças
Deve ter alamedas verdes
A cidade dos meus amores
E, quem dera, os moradores
E o prefeito e os varredores*

*E os pintores e os vendedores
Fossem somente crianças*

*Gata: A cidade ideal de uma gata
É um prato de tripa fresquinha
Tem sardinha num bonde de lata
Tem alcatra no final da linha*

*Jumento: Jumento é velho, velho e sabido
E por isso já está prevenido
A cidade é uma estranha senhora
Que hoje sorri e amanhã te devora*

*Crianças: Atenção que o jumento é sabido
É melhor ficar bem prevenido
E olha, gata, que a tua pelica
Vai virar uma bela cuíca*

*Todos: Mas não, mas não
O sonho é meu e eu sonho que
Deve ter alamedas verdes
A cidade dos meus amores
E, quem dera, os moradores
E o prefeito e os varredores
Fossem somente crianças
Deve ter alamedas verdes
A cidade dos meus amores
E, quem dera, os moradores
E o prefeito e os varredores
E os pintores e os vendedores
As senhoras e os senhores
E os guardas e os inspetores
Fossem somente crianças*

Chico Buarque, Sergio Bardotti, Luis Bacalov
Os Saltimbancos
1977

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho foi composto em vários tempos. Os tempos que se apresentarão nas páginas seguintes, o tempo da atuação profissional de cada um dos personagens dessa história, o tempo em que essas histórias foram contadas, o tempo de agora em que elas estão sendo recontadas.

O tempo em que a minha história atravessou a versão que apresento aqui da história da Abordagem de Rua destinada ao adulto em situação de rua de Vitória, se instituiu com minha atuação profissional como psicóloga na Casa Lar. Esse era um dos serviços do que na ocasião agrupava a Gerência de Acolhimento e Proteção ao Migrante e à População em Situação de Rua (GPR) da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Vitória.¹ Minha inserção como psicóloga na GPR coincidiu com a recente (2006) ampliação do Programa de Acolhimento e Proteção ao Migrante e a População de Rua com a implantação de mais dois serviços destinados ao adulto em situação de rua: o Centro de Atendimento Dia (CAD) e a Hospedagem Noturna.

Desde então meu interesse pela história desse Programa e dos serviços dos quais era composto já atravessava minhas relações sociais no trabalho. Como tive a oportunidade de trabalhar com alguns dos profissionais mais antigos da Prefeitura, já nessa época uma certa proposta de pesquisa ia encontrando alguns dos seus atores principais. Documentações oficiais, raras eram as que apresentavam algum indício de como se construiu na cidade de Vitória a necessidade de implantação de um Serviço de Abordagem de Rua. Nem mesmo o ano de sua implantação foi possível precisar através da busca desses documentos-pistas. Foram mesmo as conversas que contribuíram um pouco mais para as informações que me incitaram a participar da seleção para a turma V do Programa de Mestrado em Psicologia Institucional da Ufes em 2010. Segundo alguns, o sumiço dos relatórios anuais dos serviços era uma prática frequente quando a mudança da gestão maior da Prefeitura se dava junto com a mudança do partido político que assumia o poder municipal.

¹ Vitória é a capital do estado do Espírito Santo, na Região Sudeste do Brasil. Segundo estimativas de 2011 do IBGE, tem uma população de quase 380 mil habitantes, é a quarta cidade mais populosa do Estado. Entre as capitais do Brasil, Vitória possui o 4º melhor índice de desenvolvimento humano e o maior produto interno bruto *per capita*.

Sequela de outros tempos: os serviços tiveram suas histórias fragmentadas e pulverizadas.

Depois dos quatro anos em que atuei em serviços destinados ao adulto em situação de rua da Secretaria Municipal de Assistência Social, ouvindo algumas histórias contadas por trabalhadores, alguns documentos a respeito da construção desses serviços e reconhecendo o impacto que a população de rua tem produzido no poder público municipal é que por meio dessa pesquisa me propus a compreender quais são as narrativas dos trabalhadores a respeito desses momentos históricos da abordagem de rua na sua relação com a solicitação da sociedade de desocupação da população de rua do espaço urbano. Além dessa outras questões também nortearam essa pesquisa:

Ao longo da história de desenvolvimento do Serviço de Abordagem de Rua, sempre houve solicitação da sociedade para desocupação da população de rua do espaço urbano? Essa demanda social sempre se apresentou da mesma forma? Como o trabalhador analisa o impacto da demanda social sobre a sua prática diária? Como a demanda social foi se constituindo historicamente como um elemento relevante nessa prática?

Diante dessas questões, a pesquisa me ajudou a entender, a partir das narrativas de trabalhadores do Serviço de Abordagem de Rua de Vitória, se houve e quais seriam os elementos da história de assistência à população pelo poder público municipal que poderiam ou não fortalecer esse discurso social de desocupação da rua.

Dessa forma, tive ainda o intuito de entender quais os impactos que esse discurso social foi produzindo na prática do trabalhador.

O recorte que propus aqui colaborou para reconstruir uma certa história do Serviço de Abordagem de Rua atravessada pelas relações entre a demanda social de desocupação da rua e as práticas profissionais construídas ao longo desses períodos. Já que muitos têm falado sobre o assunto, o que teria dizer o trabalhador?

Mineira que aportou em solo capixaba, esta pesquisadora tentou fazer um exercício de compreensão de como os movimentos históricos da cidade de Vitória foram produzindo a necessidade intervenção do poder público municipal no fenômeno da população de rua.

2 UM PONTO DE PARTIDA

Essa pesquisa definiu como opção metodológica a História Oral, uma vez que teve o intuito de compreender, a partir das narrativas de trabalhadores do Serviço de Abordagem de Rua destinado ao Adulto em situação de rua do município de Vitória, a relação que historicamente foi se desenvolvendo entre o trabalho do Serviço de Abordagem de Rua e a demanda social de desocupação do espaço urbano pela população de rua. Para tanto, um certo recorte da história de atenção ao adulto em situação de rua concedido pelo poder público municipal em Vitória- ES foi se revelando.

A história oral é uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que testemunham ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea. Ela permitiu compreender como trabalhadores da Abordagem de Rua experimentaram e interpretaram os acontecimentos e as situações que atravessaram a prática do atendimento social de rua e ainda os modos de vida da população de rua e sua relação com a sociedade em geral. Por meio dessa pesquisa, tentei realizar um estudo histórico que pudesse facilitar a apreensão do passado pelas políticas sociais futuras e a compreensão das experiências vividas ao longo da história de constituição desse programa social.

Parece-nos que há um ponto histórico comum entre o processo no qual as narrativas tornam-se um registro relevante para o acesso à história e a problematização das cidades sobre os modos de vida produzidos na experiência da rua: o surgimento do indivíduo em detrimento ao coletivo e a inauguração do privado em contradição ao público. É pela afirmação de certa concepção de homem que as cidades passam a rechaçar os espaços públicos, é em nome da individualidade que elas aproximam a rua ao perigo e à escuridão e valorizam a intimidade. É pela afirmação da unanimidade que as cidades se tornam tensão entre forças. Em contrapartida, é essa mesma idéia de sujeito indivisível que inaugura a história oral como possibilidade de acesso às verdades as quais constrói a história.

Lima (2010, p. 23), traçando a história social que produz a escrita do *eu*, afirma que a dissolução da experiência medieval da comunhão traz a tona o individualismo. O desenvolvimento da individualidade com o Renascimento e a ascensão da subjetividade com a Modernidade são valores que se tornaram decisivos para a valorização da escrita de si. Dessa forma, o nascimento do *eu* é o fundamento para a produção do diário como forma de escrita autobiográfica na modernidade. A prática de falar de si se relaciona a uma tentativa do então surgido *sujeito* de situar sua vida em um percurso histórico, de historização da própria vida.

O surgimento da história oral rompe com historiografia tradicional na medida em que ela toma a narrativa como documento e privilegia uma história descontínua em detrimento de uma história linear. Ela rasga com a ilusão do “documento-verdade”, apontando para as relações de poder que atravessam a tessitura social e fazem de qualquer documento uma produção social.

Segundo Philippe Joutard (1998), a partir do século XVII, a história tentou se legitimar em oposição à tradição oral. A reintrodução da história oral acontece no decorrer do século XX, mais especificamente nos Estados Unidos, quando grupos de historiadores constituíram suas próprias instituições, lançaram revistas e realizaram vários seminários. Esse método se desenvolveu mais amplamente a partir do advento do gravador, ainda nos anos de 1950, nos Estados Unidos, e logo se difundiu pela Europa. Em outros países a história oral não possuía a mesma força que nos Estados Unidos dos anos de 1950, utilizada com o intuito de somente reunir materiais para os futuros historiadores (MATOS; SENNA, 2011).

Com o objetivo de reconstruir a cultura popular na Itália, já em fins dos anos 60, antropólogos e sociólogos foram precursores da segunda geração de historiadores orais. Mais ambiciosos, não tomavam a fonte oral como um complemento, mas sim como “outra história”. Meio aos conflitos e movimentos de feministas e sindicalistas de 1968, surge essa nova forma de pensar. Pregava-se o “não-conformismo sistemático”, isto é, uma história alternativa em relação a todas as construções historiográficas a partir do escrito (MATOS; SENNA, 2011).

Desde o seu início na tradição acadêmica, a história oral foi dividida em uma linha mais próxima das ciências políticas, voltada para as elites e os notáveis e uma outra linha mais interessada nas “populações sem história (MATOS; SENNA, 2011).

Alberti (2007) aponta que, diante do tema e das questões que o pesquisador se coloca, é fundamental estudar as versões que os entrevistados fornecem acerca do objeto de análise. Ou mais precisamente: tais versões devem ser, elas mesmas, objeto de análise. Assim, uma pesquisa de história oral pressupõe sempre algumas questões atravessadoras, "como os entrevistados viam e veem o tema em questão?": Ou: “O que a narrativa dos que viveram ou presenciaram o tema pode informar sobre o lugar que aquele tema ocupava (e ocupa) no contexto histórico e cultural dado?”.

Essa autora descreve as entrevistas na abordagem da História Oral em entrevistas temáticas e entrevistas de história de vida. As entrevistas de história de vida têm como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou de que se inteirou. As entrevistas temáticas são aquelas que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido. Segundo Alberti, (2007) é possível dizer que a entrevista de história de vida contém, em seu interior, diversas entrevistas temáticas, já que, ao longo da narrativa da trajetória de vida, os temas relevantes para a pesquisa vão sendo aprofundados.

É essa concepção de história descontínua que orientou o arranjo dos discursos a que tive acesso para a formatação dessa versão da história dos serviços de atenção dada, na rua, à população adulta de rua de Vitória. Essa perspectiva da história em que me apoiei na produção desse trabalho ecoa também com a concepção Foucaultiana de história.

Veyne (1998) nos diz que Foucault faz um importante apontamento aos historiadores, uma vez que mostra que o discurso é uma prática que envolve relações de saber e poder que são históricas e marcadas por relações de descontinuidade e rupturas.

Vocês podem continuar a explicar a história como sempre o fizeram: somente atenção: se observarem com exatidão, despojando os esboços, verificarão que existem mais coisas que devem ser explicadas do que vocês realmente pensam; existem contornos bizarros que não eram percebidos. Se o historiador se ocupa não do que fazem as pessoas, mas do que dizem, o método a ser seguido será o mesmo; a palavra discurso ocorre tão naturalmente para designar o que é dito quanto termo prática para designar o que é praticado. Foucault não revela um discurso misterioso, diferente daquele que todos nós temos ouvido: unicamente, ele nos convida a observar, com exatidão, o que assim é dito. Ora, essa observação prova que a zona do que é dito apresenta preconceitos, reticências, saliências e reentrâncias inesperadas de que os locutores não estão, de maneira nenhuma, conscientes. [...] Longe de nos convidar a julgar as coisas a partir das palavras, Foucault mostra, pelo contrário, que elas nos enganam, nos fazem acreditar na existência de coisas, de objetos naturais, governados ou Estado, enquanto essas coisas não passam de correlatos das práticas correspondentes, pois a semântica é a encarnação da ilusão idealista. E o discurso também não é a ideologia: seria quase o contrário; ele é o que é realmente dito, sem que os locutores o saibam: esses creem falar de maneira livre, enquanto ignoram que dizem coisas acanhadas, limitadas por uma gramática imprópria. (pág. 158-159).

Pinto (2011), relacionando as contribuições de Foucault para a produção do conhecimento em história, aponta que a historiografia tradicional, conhecida pela escola metódica, estabeleceu um discurso cientificista aos historiadores se esforçando pelo distanciamento do discurso literário. Para os estudiosos da escola metódica, a história era contínua, linear e feita de grandes nomes e eventos políticos e tinha como principal objetivo recuperar o passado da nação e de seus líderes. Por meio dos estudos desse campo de pensamento, a história aparecia como um conhecimento organizado de forma global e harmoniosa.

A pesquisa histórica de fundamentação na historiografia tradicional tinha como pressuposto a busca pela documentação fundamentalmente de cunho oficial do Estado, uma vez que essas eram tidas como incontestáveis e verídicas. Como estratégia para fugir da narrativa romântica e conceder cientificidade e legitimidade à pesquisa procurava-se fidelidade ao documento (PINTO, 2011).

Segundo esse autor, já em Foucault, a História aparece como produção social, ela não escreve a si mesma, não tem sentido por si só, sequer os documentos falam por si. Segundo Pinto (2011), a história para Foucault não é produzida como um quebra-cabeça que possui um ordenamento previamente estabelecido pela realidade. Ela não apresenta conexões já dadas às quais devem ser *des-cobertas* pelo pesquisador. Foucault não propõe uma História pela qual se busca “a verdade”. Não há uma verdade há ser ensinada. Mais do que fatos verídicos o estudo da História deve se concentrar na trama das diversas “verdades” que desejam se impor no cotidiano conflitivo e caótico da vida social.

Desse novo olhar surge uma nova abordagem do documento. O documento passa a ser visto, em si mesmo, como um fato histórico. Um acontecimento que traz em si mesmo as múltiplas relações de poder que o produziram. Não interessa ser fiel a ele, mas, compreender como que as informações que ele traz foram possíveis (PINTO, 2011).

É preciso dar uma inteligibilidade aos documentos, arrumá-los, dar uma lógica à sua materialidade, inserir uma coerência aos fatos dispersos. Nada que chegou até nós foi arquivado inocentemente. As evidências são fabricações. O documento é, em si, um acontecimento histórico. (PINTO, 2011, p. 154)

Ao fazer surgir a singularidade dos fatos como um procedimento de análise histórica, Foucault produz a “acontecimentalização” como o seu método de trabalho. Ele faz emergir os jogos de poder, as estratégias de dominação na construção da realidade, suprimindo os encadeamentos naturais (PINTO, 2011).

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, foram entrevistadas nove pessoas que trabalharam com o atendimento à população de rua durante sua permanência na rua, quer seja no que ficou conhecido mais tarde como Serviço Especializado em Abordagem Social ou ainda nas saídas às ruas realizadas pelas Triagistas do Centro de Triagem. Desses nove entrevistados, apenas um homem compôs o grupo, sendo as demais do sexo feminino. Cinco dos entrevistados exerceram cargos de nível superior, sendo quatro assistentes sociais e um psicólogo. Quatro dos entrevistados exerceram cargos que tinham como exigência o nível médio. Somente uma

entrevistada exerceu função de gestão da Política que vinha se constituindo no município de Vitória, enquanto que os demais atuavam na assistência direta ao adulto em situação de rua. Quatro entrevistados já não atuavam mais profissionalmente em serviços de atenção à população de rua na ocasião da entrevista, os demais ainda atuavam em serviços da rede socioassistencial de Vitória. Dos nove entrevistados, sete foram contemporâneos ao meu tempo de atuação profissional na rede socioassistencial de atenção ao adulto em situação de rua de Vitória.

A definição das nove pessoas entrevistadas se fundamentou na técnica da Bola de Neve. Também chamada *snowball sampling* (BIERNACKI; WALDORF, 1981). Esta técnica metodológica ficou conhecida no Brasil como “amostragem em Bola de Neve”, ou “Bola de Neve” ou, ainda, como “cadeia de informantes” (PENROD, 2003; GOODMAN, 1961 *apud* ALBUQUERQUE, 2009). Essa técnica é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto (o “ponto de saturação”). (BALDIN; MUNHOZ, 2011).

O “ponto de saturação” é atingido quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa (WHA, 1994). Portanto, a *snowball* (“Bola de Neve”) é uma técnica de amostragem que utiliza cadeias de referência, uma espécie de rede. (BALDIN; MUNHOZ, 2011).

No Brasil, a equipe de pesquisadores do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas da Universidade de São Paulo tem se valido desta estratégia para o recrutamento de sujeitos em pesquisas na área de drogadição (BALDIN; MUNHOZ, 2011).

Uma característica relevante para a escolha dessa estratégia de pesquisa, mencionada por Sanchez e Nappo (2002), é o fato de que por meio das cadeias de informantes pode-se assegurar maior heterogeneidade entre as cadeias investigadas, pois se pode chegar a pessoas pertencentes a diversos grupos, que

vivem em regiões diferentes da cidade, e que não estabeleçam contatos de amizade ou parentesco, mas que atendam aos critérios de seleção de interesse dos pesquisadores. A técnica permite, ainda, a possibilidade de integrar, à amostra, perfis diferentes de sujeitos, econômica e socialmente, bem como das atividades por eles praticadas (BALDIN; MUNHOZ, 2011).

A minha vivência de quatro anos atuando profissionalmente nos serviços que compunham a GPR também foi um elemento utilizado para eleger possíveis candidatos às entrevistas. Contudo, essa minha história na história dos serviços não dirigiu linearmente o caminho desses encontros. Alguns dos candidatos desejados por mim acabaram sendo indicados por meio da técnica da Bola de Neve. Alguns outros foram ficando pelo caminho pelos desencontros da vida, do tempo ou mesmo porque alguma outra entrevista já havia esgotado o tema de forma suficiente. Reconhecendo que a participação do profissional de psicologia nos serviços da Política de Assistência Social vem se dando só mais recentemente, incluir algum deles nesse grupo de entrevistados era algo do qual não convinha abrir mão. Nenhum dos abordados se negou a participar. As entrevistas eram acordadas previamente e a todas elas se precedeu as formalidades exigidas pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

Dispensei roteiros pré-fabricados. A cada entrevistado, novos interesses iam se revelando. A história de cada um deles na história que eu conhecia da rede socioassistencial de Vitória, bem como a clareza quanto aos meus objetivos fundamentaram o meu preparo para a entrevista. Alguns dos entrevistados, com o intuito de auxiliar na indicação de outros entrevistados me questionavam: “você quer saber mais sobre o quê, sobre que época?”.

A ordem de realização das entrevistas em nada interferiu na ordenação dos tempos que compõem os capítulos desse trabalho. Cada um dos três capítulos que forjam essa versão da história dos serviços destinados à atenção à população adulta em situação de rua, foi se revelando por meio da análise das entrevistas realizadas.

Os entrevistados a que tive acesso viveram vários momentos dessa história que construí aqui. Por isso mesmo, cada tempo que compõe os três capítulos foi se

constituindo por fragmentos de experiências de vários entrevistados. O arranjo dessas experiências na constituição de um dado tempo se deu pela análise atenta dos relatos, no sentido de observar certas características comuns da atuação profissional que pudessem ser reconhecidas como características próprias aos serviços num dado tempo.

Além do elemento “características semelhantes da atuação profissional”, outros foram utilizados para a constituição de um determinado tempo: o contexto político e social do município de Vitória, do estado do Espírito Santo e esses mesmos elementos no cenário nacional. Ou seja, na organização desses tempos foi considerado também o cenário de miséria e pobreza do Brasil com o fim da ditadura militar, o intenso movimento migratório do estado do Espírito Santo com o Programa de Incentivo à Industrialização Capixaba, as mudanças das regiões de intensa economia do município de Vitória, a instituição nacional dos ordenamentos legais que fundamentam o SUAS,² o arranjo da rede socioassistencial do município de Vitória a partir da publicação dos ordenamentos legais, dentre outros.

A nossa opção por pensar a história de constituição de uma rede de serviços levando em consideração tantos elementos se deu por reconhecer e reafirmar a complexidade que abarca a atenção à população de rua na perspectiva da complexidade de uma política social. Além disso, a vivência profissional junto às pessoas que vão se constituindo nas cenas da cidade nos ensina a alargar o campo de visão.

Reconheço que essa opção foi um tanto perigosa, uma vez que, perder de vista o foco, a intenção desse trabalho foi um risco que nos acompanhou ao longo de todo o processo e que espero ter conseguido driblar.

² O Sistema Único de Assistência Social é um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o SUAS articula os esforços e recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), (BRASIL, MDS. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/suas>>. Acesso em 05 de setembro de 2011).

Apropriada das concepções de Foucault, reafirmo que as condições históricas fizeram que em um dado momento, na cidade de Vitória, permitiram que fosse possível o surgimento de serviços públicos que se destinavam à atender a população em situação de rua.

A versão da história dos serviços que se propunham a ofertar atenção à população de rua, na rua, no município de Vitória que apresento nesse trabalho se dá intrinsecamente atrelada, num dado momento, aos serviços de acolhimento institucional aos quais se vinculavam. Assim, num certo tempo dessa história, não existiam trabalhadores que realizavam somente o que ficou conhecido mais tarde como Abordagem de Rua. Ou seja, as histórias contadas por esses trabalhadores na atenção à população de rua, na rua, estavam a todo tempo sendo atravessadas pelas histórias da atenção concedida nos serviços de acolhimento institucional.

Os tipos de entrevista: Leite de Pedra e As mil e uma noites

Ao longo da realização das entrevistas bem como da transcrição e análise fui observando que a escuta dos relatos e histórias contadas produziam em mim efeitos bem diferentes, quase divergentes.

Algumas me pareciam duras, rasas, curtas. Sentia em poucos minutos que já havia sido dito tudo, nenhuma surpresa, nenhuma novidade me encontrava na curva de uma outra pergunta. Monólogo a dois. Respostas restritas, monossilábicas. Talvez o tempo de nós duas estivesse também assim, restrito, curto. Entre uma hora extra no dia anterior e um tempinho de lanche do entrevistado durante a sua jornada algumas entrevistas eram espremidas. Talvez o tempo sobre o qual as conversas falavam fosse mesmo assim, seco, restrito, sem muito mais... “...a gente ia pra rua, recolhia os mendigos e pronto...” “ ... acho mesmo que é isso que deve ser feito, a rua não é lugar pra ninguém viver...” Quase nenhuma interrogação atravessava alguns discursos, sequer as minhas.

Poucas das minhas indagações faziam sentido aos entrevistados. As entrevistas o mais puro e preciso relato. Às vezes sentia como se as minhas indagações chegassem mesmo a atrapalhar o exercício de uma memória linear. Faltava um caldo. O caldo da análise do entrevistado. Para esse trabalho esperei por isso: um

relato analítico sobre o que foi e o que vem sendo produzido junto à população de rua, na rua. Não que essas entrevistas do tipo Leite de Pedra não contribuíram para a produção desse trabalho. Contribuíram e muito para a constatação de que para alguns profissionais, em alguns desses tempos, o trabalho junto ao adulto em situação de rua se resume à sua retirada das cenas da cidade e só.

Entretanto, algumas outras entrevistas refrescavam meu dia. Brisa que ventilava ideias, práticas, relações. Xerazades me acompanharam em alguns meses desse caminho de ouvir e contar histórias. E quando uma história parecia se findar, outra ainda mais curiosa e interessante se revelava. Cada hora era mil e uma noites. As histórias tinham cores, cheiros, gosto, lágrimas e risos, ora reconhecidos, familiares, ora estranhos. Cada história continha uma outra dentro de si, infinitamente.

[...] o ouvido é feminino, vazio que espera e acolhe, que se permite ser penetrado. A fala é masculina, algo que cresce e penetra nos vazios da alma. Segundo antiquíssima tradição, foi assim que o deus humano foi concebido: pelo sopro poético do Verbo divino, penetrando os ouvidos encantados e acolhedores de uma virgem. (ALVES, 1992, p.24-25)

Ouvir uma outra versão da minha própria história narrada por outros personagens foi mesmo uma experiência surpreendente. Alguma coisa nessas lembranças afetava intensamente todos nós. Atravessava todos os corpos presentes naquelas narrativas. O corpo pode mesmo ser um lugar maravilhoso de delícias. Quando a atuação profissional se faz assim, encantada pelas histórias de cada uma dessas vidas que atravessam as ruas da cidade, não há orgasmo que ponha fim ao desejo de que outras vidas possam se constituir ali mesmo no espaço da rua. Cada uma das histórias das pessoas que vivem na rua que me foram relatadas nessas conversas e que vivi durante meu trabalho com a rua vai adiando qualquer possível execução desse desejo, por mil e uma noites e um dia mais.

3 UM TEMPO

O CENTRO DE TRIAGEM: UMA POLÍTICA EM TRÊS ETAPAS

A história de atenção à pobreza no Brasil se inicia num tempo bastante anterior, cronologicamente, ao que recorro nesse trabalho. No Brasil Colônia, a solidariedade dirigida aos pobres, aos doentes e aos incapazes esteve presente e encontrou na “Irmandade da Misericórdia” sua maior expressão, instituição tipicamente portuguesa de assistência e caridade que veio para o Brasil aliada ao projeto colonizador (PIVA, 2005).

A Irmandade da Misericórdia da capitania do Espírito Santo está entre as sete primeiras fundadas no Brasil, ainda no século XVI. Apesar da intensa atuação das ações de benevolência da Irmandade na capitania do Espírito Santo desde o século XVI, a fundação de um hospital unido à Misericórdia só aconteceu no Espírito Santo, no século XIX. Na ocasião, constantes doenças infecto-contagiosas ameaçavam a população de Vitória e com as epidemias os doentes pobres morriam nas ruas e becos da cidade sem nenhum cuidado médico (PIVA, 2005).

Mesmo com a construção do hospital, os atos filantrópicos da Irmandade da Misericórdia que não se dirigiam diretamente ao cuidado dos doentes se mantiveram. Sua atuação beneficiava aos pobres por recebimento de esmolas, beneficiava aos presos através de gastos com sua alimentação e vestuário e em alguns casos também com seus processos. Aos órfãos, era frequente o pagamento, pela Irmandade, de amas que dedicassem cuidados necessários à infância. Dentre as ações filantrópicas da Irmandade constava também a remuneração de dotes para o casamento de moças órfãs da província. A Irmandade da Misericórdia, preocupando-se ainda com a alma dos pobres falecidos, possuía seu próprio cemitério em que estavam enterrados os irmãos-confrades (muitos deles dentro da Igreja da Irmandade), os pobres sem recursos para gastos com funeral e aqueles que pudessem pagar pela cerimônia do funeral e enterro (PIVA, 2005).

Esse foi um tempo em que os homens de prestígio e renda da sociedade de Vitória praticavam o auxílio à pobreza de forma direta, ainda que contassem também com recursos daquele Estado para tanto. Contudo, chegou um tempo nessa cidade em

que a preocupação com a pobreza deixou de se pautar em valores altruístas de benevolência. A exigência da sociedade para com o Estado deixou de ser somente pela sua participação financeira, mas também pela sua execução direta no auxílio aos problemas provenientes da presença da pobreza nas cenas da cidade.

Alguns entrevistados a que tive acesso contaram-me que os comerciantes da região central da cidade, região essa que naquela ocasião ainda era o ponto forte do comércio da capital, frequentemente procuravam a Prefeitura na busca de auxílio em relação à população de rua que se aglomerava na região e produzia impacto negativo nas vendas das lojas e comércios na região da Vila Rubim e Praça Costa Pereira³. É a partir dessa demanda dos comerciantes que o poder público municipal começa a pensar em um serviço.

A proposta de atenção à população adulta de rua em Vitória nesse período de meados dos anos 1980 foi, então, um projeto de acolhimento institucional que se tornaria conjugado à outros dois numa ação executada em etapas. Três etapas, para ser mais precisa. A primeira delas seria de responsabilidade de cada municipalidade da Grande Vitória e em Vitória o que se constituiu foi o Centro de Triagem. Ao que nos parece, a implantação desse Centro se deu, de fato, por certa solicitação da sociedade, uma vez que em pouco tempo de funcionamento já havia se tornado claro para os gestores municipais que ele seria insuficiente para “resolver” a questão inicial de redução das pessoas que se encontravam em situação de rua no município.

É como se a municipalidade tivesse mesmo experimentando o que fazer diante da demanda dos comerciantes locais e com esse intuito, surgiu esse serviço de acolhimento institucional com capacidade de abrigamento para dez adultos em situação de rua. O Centro de Triagem funcionava com uma Assistente Social que trabalhava de segunda a sexta-feira e duas “triagistas”. A essas “triagistas” era dada a responsabilidade pela saída às ruas, às segundas-feiras, acompanhadas por um

³ Essa região caracteriza-se por ser o berço da cidade, fundada em 8 de setembro de 1551. Abriga construções históricas, tem os morros ocupados e resume o que era a Capital até o início do século XVI. Com o crescimento e a expansão da cidade para outras áreas, viveu nos últimos anos um processo de esvaziamento. Veja Mapa I na pág. 81. Disponível em: http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/dados_regiao/regiao_1/regiao1.asp

policial militar para fazer “o recolhimento da pessoa que ficava sentado na rua... na época se chamavam mendigo [...]” (Entrevistado II).

A participação do policial militar nas saídas das segundas-feiras junto com a triagista, ainda que não tivesse como justificativa oficial a coerção do morador de rua ao acolhimento institucional e sim a proteção dessa profissional, me remonta à noção de “classes perigosas” que descreve Lobo (2008).

No Brasil República, o termo “classes perigosas” era usualmente utilizado pelos políticos e intelectuais para designar os pobres e miseráveis daquela sociedade que até bem pouco tempo funcionava à base de mão de obra escrava. O uso mais conhecido do termo foi atribuído a Morel⁴ a partir de 1857 porque ele compreendia que na pobreza estava o maior potencial às degenerescências. Para Morel, a miséria produzia um estado de degradação que instalava na sociedade o perigo permanente.

Ainda hoje parece existir um consenso entre os estudiosos das políticas sociais na relação entre pobreza e criminalidade (LOBO, 2008). Fundamentados nessa premissa e adequados ao jargão contemporâneo, novos termos se tornam usuais à realidade de profissionais que atuam nas políticas sociais, em especial na Política de Assistência Social: “crianças e adolescentes em situação de risco social”.

Se para alguns a frase acima denota que a condição social vivida por essas crianças e adolescente as coloca em situação de risco, para tantos outros, a maioria, ao que me parece, é a sociedade que está em risco diante da convivência com crianças e adolescentes que vivem em certa situação. Para além da armadilha na interpretação que o jogo das palavras “risco” e “social” oferece, cabe ainda indagar: risco de quê? Qual o risco? Risco da criminalidade? Em sendo assim, seja risco social ou classes perigosas não faz tanta diferença.

Além da responsabilidade com as saídas para a rua, cabia também à triagista a função dos cuidados de higiene e saúde daqueles que permaneciam acolhidos no

⁴ Bénédict Augustin Morel (1809-1873) foi um psiquiatra franco-austríaco que em seu tratado coloca que diversos estigmas físicos e psíquicos degenerativos explicariam as deformidades detectadas pelo mesmo em loucos e delinquentes. Referida degeneração, por sua vez, daria lugar a distintas enfermidades mentais. Loucura, crime e degeneração estariam significativamente associados.

Centro. O serviço de acolhimento em questão funcionava numa pequena residência na Avenida Beira Mar nas proximidades de onde ainda hoje se localiza a Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória, aliás, a proprietária do imóvel onde se instalou o Centro de Triagem⁵.

Dada a proximidade do Centro de Triagem com a Secretaria Municipal de Saúde, que na ocasião já funcionava nessa região do Forte São João⁶, o serviço de acolhimento recebia, uma vez por semana, estudantes de medicina que praticavam dos cuidados de saúde com os moradores de rua, agora moradores do Centro de Triagem. Assim, além das buscas pelas pessoas em situação de rua, na rua, às segundas-feiras à triagista também cabia o papel de administrar as medicações prescritas e realizar curativos das feridas, sob orientação dos estudantes de medicina.

Abreu e Castro (1987) estudaram a transformação da filantropia caritativa em filantropia higiênica em São Paulo no século XIX. Eles afirmam que a filantropia higiênica é a base sob a qual se erigiram as estruturas da contemporânea política de promoção social. No contexto de São Paulo, aproximando-se a segunda metade do século XIX, a filantropia caritativa não se constituía mais como prática social capaz de colaborar na superação da crise instalada na cidade em função dos problemas sociais suscitados pelo aumento da população e pelo crescente agravamento da miséria. Nesse período surge um novo capítulo da história da filantropia que introduz uma política de auxílio ao outro, elegendo o hospital como lócus privilegiado das estratégias de controle das populações, da miséria e das epidemias.

Em Vitória, a construção do Hospital da Santa Casa da Misericórdia, relatada brevemente à pouco também confirma a transformação da filantropia caritativa em filantropia higiênica.

Em meados da década de 80 do século XX, em Vitória, a assistência à população de rua ainda se dava associada à assistência à saúde. Como o Centro de Triagem se pretendia como um espaço de passagem, a sua maior realização durante a

⁵ Ver Mapa I – Pág. 81

⁶ Idem 5

permanência do morador de rua era a assistência à saúde. Assim, além de tentar viabilizar a saída da rua, o projeto cuidava da saúde. Tirar da rua, cuidar da saúde e devolver para a família: ou a tutela era do Estado ou da família.

Apesar do hospital não ser o lócus privilegiado das ações que recorro nesse trabalho, esse tempo do Centro de Triagem, tempo pré- Assembleia Constituinte no Cenário Nacional, fala de um momento em que a Assistência Social já arava o terreno em busca de uma identidade própria e distinta das ações de saúde, que na ocasião, no Brasil já ia se movimentando para se instituir como política social. Todavia, nesse movimento de constituição de uma identidade, a aproximação com sua função social mais recente, o controle higiênico, ainda regulava suas ações.

Nessa perspectiva, o papel da Assistente Social do Centro de Triagem já aponta para aquilo que, ainda num tempo mais à frente, vai proporcionando à Política de Assistência Social outra função social, a proteção ou o controle dos vínculos sócio-familiares.

O Centro de Triagem nasceu com o intuito de ser um serviço de acolhimento provisório. À Assistente Social cabia a função de viabilizar o contato com os familiares dos acolhidos com o intuito de reencaminhá-los à convivência e cuidados familiares. Parece-nos que em princípio, a Gestão Municipal acreditou que esse fosse um processo rápido e mais fácil do que a realidade apontou. As dez vagas disponibilizadas inicialmente, acreditou-se, seriam logo liberadas com a reintegração familiar, permitindo assim, o acolhimento de outro grupo que se encontrasse em situação de rua. Entretanto, a indisponibilidade dos familiares nessa nova convivência acabou logo impossibilitando a rotatividade esperada inicialmente. Daí decorre a justificativa da segunda etapa do projeto de atenção à população de rua na perspectiva da parceria metropolitana.

Em Balneário Carapebus, no município da Serra (ES), o Governo do Estado também criara um serviço de acolhimento institucional destinado aos adultos em situação de rua. Uma vez que haviam sido esgotadas as possibilidades de reinserção familiar pelo serviço social, num prazo de sessenta a noventa dias, o morador das ruas de Vitória seria então encaminhado ao serviço de acolhimento de responsabilidade do

Governo do Estado lá no município da Serra. O projeto de Carapebus era uma iniciativa independente do Governo do Estado que acabou se tornando uma etapa de um projeto maior.

A entrevistada que vivenciou esse período da história de atenção ao adulto em situação de rua no município de Vitória não soube detalhar o funcionamento do serviço existente no município da Serra por não tê-lo conhecido pessoalmente. Contudo, informou que havia ainda a proposta de implantação de outro serviço de acolhimento, também sob responsabilidade partilhada entre os municípios da Grande Vitória e o Governo do Estado, para o que denominou como “ os casos crônicos”.

É como se cada etapa fosse oferecida àqueles a quem avaliavam como possuidores das menores possibilidades de vida independente. Se hoje a região de Balneário Carapebus ainda se encontra um tanto quanto distante da região central do município de Vitória, nos idos de meados dos anos 80 essa região devia ser quase uma praia virgem. À medida que se constatava a impossibilidade de inclusão do adulto em situação de rua à lógica do comércio fervilhante da região central da capital, o Estado acabava por promover seu desaparecimento das cenas da cidade. A terceira etapa prevista foi projetada com o nome de Colônia Agrícola. O relato da entrevistada descreve com mais clareza a proposta desse serviço:

[...] chamava de Colônia Agrícola por que a proposta é que iria funcionar uma área agrícola onde eles pudessem cuidar de animais e, tivesse uma horta, um pomar. Que pudesse ajudar com a manutenção do espaço, até mesmo com a proposta de ou vender ou poder assim, tá ajudando outros espaços do governo né, fornecendo alimentos e tal, pra alguns espaços do governo ou então vender pra arrecadar algum dinheiro. (Entrevistado III).

Segundo o relato dessa entrevistada a Colônia Agrícola não se efetivou uma vez que o terreno previsto para a construção do projeto não foi cedido pelo município de Cariacica. A construção do imóvel ficaria sob a responsabilidade do Governo do Estado enquanto que o mobiliário e a equipe de trabalho seriam compartilhados entre os demais municípios da Grande Vitória.

Essa proposta de ofertar à pobreza a possibilidade do trabalho também encontra eco em outros tempos da história do Brasil, conforme nos apresentou Lobo (2008).

As Colônias de Trabalho Obrigatório para os vadios foram uma das estratégias planejadas pelo Rio de Janeiro para levar a massa de ex-escravos recentemente libertos, a “tomar gosto” pelo trabalho. No Brasil republicano que há pouco perdera a mão de obra dócil dos escravos, o que fazer para levar essa maior parcela da população ativa a trabalhar era a questão que mais se suscitava (LOBO, 2008).

As disposições penais que estabeleciam prisão de 9 a 24 dias por vadiagem já havia se tornado insuficiente para a correção moral. Assim, além de corrigir o ato indesejado, a ociosidade, era necessário substituí-lo pela prática do trabalho (LOBO, 2008).

A história que os meus entrevistados viveram e me contaram dão conta que lá por esses idos de 1984/85, o poder público do município já ensaiava uma certa compreensão de que a população em situação de rua talvez fosse uma questão social a ser tratada numa perspectiva metropolitana. Foi em função disso que representantes da Secretária Municipal de Ação Social se apressaram em articular uma proposta de ação com os municípios da Grande Vitória e o governo do Estado do Espírito Santo para que juntos criassem alternativas para a demanda dos comerciantes da região central da capital.

O Centro de Triagem, relataram alguns de seus funcionários, esteve em funcionamento por um período de mais ou menos cinco anos. Segundo esses entrevistados, houve um momento de sua existência que a gestão municipal começou a questionar-se sobre quem eram as pessoas em situação de rua, nas ruas de Vitória. Muitos dos acolhidos no Centro de Triagem declaravam sua origem em municípios do interior dos estados de Minas Gerais e da Bahia. Assim, o serviço de acolhimento para a população adulta de rua acabava por atender principalmente migrantes que chegam ao estado em busca de emprego. Frente ao impasse (migrante ou população de rua), a gestão municipal decidiu por fechar o Centro de Triagem e repensar as estratégias de atenção ao migrante em situação de rua nas

ruas de Vitória. Contaram-me alguns que essa interrupção no atendimento não durou nenhum ano.

Nos anos de 1970 o Governo do Espírito Santo elaborou o plano dos Grandes Projetos Industriais como uma estratégia que visava romper com a dependência da economia cafeeira. Viabilizadas pela conjugação do capital estrangeiro com o capital estatal, a implantação das empresas Aracruz Celulose⁷ e Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST)⁸ fizeram parte dessa estratégia. (SALOMÃO, 2006; ZANOTELLI, 2000).

Durante os anos de 1978 e 1983, período de construção da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), há estimativas de que a maior parte dos 25 mil operários que trabalharam nos canteiros de obras da usina era constituída de migrantes do interior do Espírito Santo e de outros estados. Segundo Zanotelli (2000), o crescimento demográfico observado na região da Grande Vitória no período de 1970 a 1980 foi influenciado diretamente pelos movimentos migratórios. Durante essa década, 70% do crescimento da população da Grande Vitória deveram-se à imigração, sendo um terço dos migrantes originários de Minas Gerais.

Nessa ocasião do Centro de Triagem, além da origem do morador de rua, outra característica apontava proximidades entre essa população em situação de rua e a que foi atendida em outros momentos da história dos serviços de atenção à população de rua em Vitória. A entrevistada II chamou atenção para situações frequentes de atendimento a pessoas de elevado conhecimento sociocultural. O uso abusivo de drogas já aparecia como um dos elementos comuns às histórias das pessoas que viviam em situação de rua. Todavia, o álcool era a droga que mais se afirmava o consumo, e em alguns casos, a cocaína também ganhava destaque.

Nos tempos do Centro de Triagem, encontrar famílias em situação de rua, apesar de incomum, acontecia esporadicamente. Nessa época era legítima a oferta de

⁷ Em 1 de setembro de 2009 a empresa se fundiu com a Votorantim Celulose e Papel (VCP) para formar a Fibria, o que a tornou a maior empresa do mundo em celulose.

⁸ Em 1992 a estatal foi privatizada passando a ser controlada por grupos nacionais e estrangeiros. Em outubro de 2005 foi comprada pela Arcelor, junto com a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira e a ArcelorMittal Vega dando origem ao grupo Arcelor Brasil. Hoje a empresa é responsável por 10% da produção mundial de aço no mundo.

serviços socioassistenciais que trabalhavam com o critério dos ciclos de vida para eleger os beneficiários. Assim, existia um serviço destinado somente ao acolhimento dos adultos em situação de rua e outros serviços destinados ao atendimento de meninos e meninas em situação de rua. À criança e adolescente nessa condição de vida, o acolhimento institucional se viabilizava por meio da Funabem, que no Estado do Espírito Santo também realizava ações de saída às ruas para a oferta de assistência aos meninos e meninas de rua. Ou seja, nos raros casos de famílias que se encontravam em situação de rua, o acolhimento no Centro de Triagem era ofertado aos adultos enquanto as crianças e adolescentes eram encaminhadas para outros serviços.

Já naquela ocasião essa prática fragmentada de assistência à pobreza ⁹ produzia mal-estar aos funcionários do Centro de Triagem ao se depararem com a impossibilidade de manutenção do convívio entre crianças e seus familiares adultos. O encaminhamento e a separação dos laços de família foram destacados por uma das entrevistadas. Convém ressaltar que essa é uma prática ainda comum nas intervenções do Estado junto às famílias da pobreza.

Vale lembrar que o Estatuto da Criança e do Adolescente, apesar de já nessa época encontrar terreno social fértil para sua germinação, só seria promulgado de fato um pouco mais a frente. Só em 2005, com a publicação da Política Nacional de Assistência Social é que a matricialidade sócio-familiar começa a ganhar força como diretriz nas ações do Estado. Mas esse é um tempo mais adiante.

Parece haver outras semelhanças entre essa lógica das três etapas a que se planejava a Grande Vitória no que tange à atenção ao adulto em situação de rua e os níveis de proteção social propostos pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. A definição dos serviços como de proteção social básica e especial, e de média e alta complexidade se dá por meio da avaliação do laço familiar.

⁹ O que me refiro com o termo se relaciona intimamente ao que LOBO, 2008 identifica como “existências infames” que enquanto existências reais pouco falaram de si mesmo. Invisíveis cujos rastros às vezes aparecem quando se revelam as histórias das instituições de aprisionamento as quais suas vidas são inerentes. Negros, desvalidos, doentes, deficientes, uma série de vidas que nos nossos dias podem ser nomeados como excluídos.

Na Prefeitura de Vitória nesse período se reproduzia a lógica de investimento social do Estado que era conhecida em todo o país. O Departamento de Serviço Social da Secretaria Especial de Ação Social da Prefeitura de Vitória coordenava serviços de assistência social que existiam em convênio com a Legião Brasileira de Assistência LBA.

Em 1947 a LBA foi criada com o objetivo de atender as famílias dos pracinhas combatentes da 2ª Guerra Mundial. Inicialmente suas ações se caracterizaram pelo atendimento materno-infantil. Posteriormente esta instituição foi crescendo e sua linha programática foi acompanhando as demandas sociais do país e da população em estado de vulnerabilidade social.

A gestão pública da LBA foi centralizada com representação nos 26 Estados da Federação e do Distrito Federal. A linha programática se constituía de ações que iam desde a assistência jurídica, assistência médica, passando pela distribuição de alimentos para gestantes, crianças, oferta de creches e abrigos em convênio com estados e municípios, qualificação e iniciação profissional, abarcando até mesmo a assistência à pessoa portadora de deficiência e aos idosos.

Esta instituição adequava a sua linha programática aos ciclos de vida das populações mais vulneráveis, na ótica de promover o desenvolvimento social e comunitário. Estabeleceu ampla parceria com organizações não governamentais, governos estaduais e municipais e ainda dispunha de um Programa Nacional de Voluntariado, o que proporcionava às suas ações um caráter marcadamente assistencialista, caritativo e pouco profissional. A LBA foi extinta em 1995 em meio aos escândalos de corrupção que frequentaram o governo Collor.

Á medida que a história de construção dos serviços de atenção à população de rua vai se desenvolvendo pela narrativa dos trabalhadores, uma outra história vai se revelando. A história de construção da Política Nacional de Assistência Social. Na verdade, essa nem chega a ser uma outra história. É a mesma. Enquanto que no plano nacional a Assistência Social já vai encontrando terreno para sua germinação

na sua condição de política, no município os serviços vão se rearranjando numa tentativa de se alinhar às diretrizes nacionais. Em contrapartida, é o esforço de se experimentar outras práticas no território das cidades que possibilita um dado arranjo entre os serviços que vão se institucionalizando e produzindo o que hoje se conhece como Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ou seja, as histórias se entrecruzam e se atravessam.

Esse breve tempo de existência do Centro de Triagem foi o suficiente para a Gestão Municipal se indagar pela definição do público-alvo das suas ações. Contudo, o objetivo de sua proposta parece não ter sido objeto de indagação. Parece-me claro, e isso foi confirmado pelas entrevistas, que tirar esse personagem das cenas da cidade não foi questão levantada. Hoje ainda me causa estranheza a clareza na definição do objetivo daquelas ações experimentais da Gestão Municipal: tirar a população de rua da rua.

Nesses tempos do Centro de Triagem, ir às ruas às segundas-feiras para buscar os “mendigos”, não passava tão somente de uma tarefa conjugada à assistência dada pelos triagistas aos acolhidos no Centro. Não se dava a essa tarefa um outro nome, uma outra concepção que pudesse instituí-lo como um serviço próprio, com características e uma lógica próprias. O que se destacava na iniciativa municipal, o que era a finalidade da ação do poder público, era a oferta do serviço de acolhimento institucional. Atender à população de rua, na rua, nasce, portanto, como uma ação auxiliar, como um instrumento, um meio para se alcançar uma outra ação que era a retirada das ruas, o acolhimento provisório e a reintegração familiar.

4 A TENTATIVA DE SE PRODUZIR UM OUTRO TEMPO: De quando se formaliza a Abordagem de Rua

O fechamento do Centro de Triagem foi marcado por uma expectativa grande, apresentada também na narrativa dos trabalhadores com os quais conversei, de que novos tempos se abririam para o trabalho com a população de rua. Foram comuns os relatos de pessoas dizendo “fechou para abrir melhor”.

Ao que parece, com o fechamento do Centro de Triagem, a estratégia do poder público municipal se deslocou para o atendimento ao migrante. No início dos anos 90, a Secretaria Especial de Ação Social já contava com dois serviços destinados ao Migrante, quer sejam: Posto de Atendimento ao Migrante Cidadão (PAMC), instalado na rodoviária de Vitória e o Albergue Noturno para Imigrantes, além do Posto de Atendimento ao Munícipe Carente. O Albergue Noturno instalou-se provisoriamente numa residência alugada pela prefeitura situada na região da Praça Costa Pereira, enquanto se viabilizava a reforma de sua sede, situado até o tempo dessas entrevistas no bairro Mario Cypreste¹⁰.

O PAMC era composto por uma equipe de duas assistentes sociais e duas recepcionistas que trabalhavam como auxiliar de escritório ou auxiliar administrativo. O atendimento aos migrantes chegados à cidade se dava ali mesmo na rodoviária. Era ali ainda que eram concedidas as passagens para retorno ao município de origem, no caso daqueles em que o sonho do bom emprego não fosse realizado. Ao migrante que chegasse em busca de trabalho, o serviço social concedia, então algumas pernoites no Albergue Noturno que por isso mesmo, funcionava a partir das 17h até às 7h do dia seguinte. Esse período de funcionamento se dava em virtude de se esperar que a busca pelas oportunidades de trabalho tomasse todo o dia daquele que chegava à cidade com essa finalidade. E pelo que disseram, muitos conseguiam mesmo permanecer por aqui.

¹⁰ Ver Mapa I- pág. 81

Por esses tempos, relataram alguns, à essas recepcionistas do PAMC foi solicitada a realização de uma pesquisa junto às pessoas que permaneciam nas calçadas da região do Centro da cidade dormindo ou mesmo em situação de mendicância. O formulário próprio para pesquisa foi concedido pela Secretaria de Ação Social e as profissionais caminhavam diariamente pela região da Vila Rubim, proximidades do Parque Moscoso até a Praça Oito.

[...] era feito o seguinte: a gente chegava pra uma pessoa que tava numa calçada movimentada e tudo, a gente chegava e perguntava né, 'como era seu nome?', se era de manhã dava bom dia, se era a tarde dava boa tarde né, e conversava porque 'você está aqui?', e aí ele contava os problemas dele e a gente ia anotando, se era de fora a gente perguntava 'o que você deseja aqui no nosso Estado?' Aí uns falavam, 'ah porque não tenho onde dormir, não tenho onde ficar ou cheguei aqui e fui roubado, tô precisando de uma passagem pra ir embora né', era assim nosso trabalho.(Entrevistado III)

Ao que parece, depois das surpresas provocadas na gestão municipal com a implantação do Centro de Triagem, a Prefeitura tentava com essa iniciativa conhecer melhor quem eram as pessoas em situação de rua na cidade. As saídas das profissionais do PAMC duraram mais ou menos dois meses.

Em 1989, o DIEESE¹¹ estimava que para satisfazer as necessidades de habitação e alimentação, uma família brasileira deveria ganhar pelo menos sete salários mínimos. Nesse mesmo ano, o Ministério da Saúde revelou que o país tinha um índice de mortalidade infantil de 60 por 1000 chegando a 200 por 1000 em alguns estados mais pobres da região nordeste. 21% da população era considerada analfabeta e 47% das casas ainda não eram servidas por saneamento básico e rede de esgoto. Segundo o UNICEF entre 1983 e 1989 dobrou o número de crianças com menos de 14 anos que trabalhavam para auxiliar na renda da família. Desde os anos 70 esse panorama já era visível no país, contudo, só pode ser constatado publicamente nos anos 80 com o fim da ditadura (OLIVIEIRA, 2004).

¹¹ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos foi criado em 1955, pelo Movimento Sindical e tem como objetivo desenvolver atividades de pesquisa, assessoria, educação e comunicação nos temas relacionados ao mundo do trabalho e que se ajustam aos desafios que a realidade coloca para a organização dos trabalhadores brasileiros.

No início dos anos 90 a enorme desigualdade na distribuição de renda e os elevados níveis de pobreza ainda apresentavam sequelas nas cidades brasileiras. Por esses idos da década de 90, o fenômeno da mendicância era frequente e produzia incômodos na cidade de Vitória. Havia uma série de iniciativas de auxílio à população pauperizada realizadas por instituições religiosas na região central da cidade. A oferta das sopas era a mais frequente, mas a ela se associavam ainda a oferta dos restos de alimentos concedidos pelos estabelecimentos comerciais no Mercado da Vila Rubim. Em função disso e do contexto econômico e social do Brasil, filas gigantes se formavam na porta desses estabelecimentos em determinados horários do dia com famílias moradoras da cidade e pessoas que já viviam em situação de rua.

Em 1993 foi fechada uma instituição destinada a criança e adolescente gerida pelo Estado deixando inutilizado um imóvel também ali nas proximidades da rodoviária, atualmente Bairro Mario Cypreste. A Fundação Eliezer Batista, uma dessas que já fazia o voluntariado na oferta de sopas na rua, solicitou ao município de Vitória a disponibilização do imóvel para ampliar suas ações concedendo aos usuários da sopa a possibilidade também de higienização pessoal. Essa ação se desenvolveu por mais ou menos um ano, quando a Prefeitura firmou parceria com essa mesma instituição na implantação de um serviço de acolhida para funcionamento diário. A tradição de sair às ruas para a oferta da sopa permitiu que a Fundação Eliezer na formalização da parceria com a prefeitura estabelecesse a função de educador social, cujo papel seria o de ir às ruas em busca das pessoas ofertando, no lugar da sopa, a possibilidade do abrigo.

A partir da Fundação Eliezer, a Prefeitura de Vitória estabeleceu parceria para assistência à população de rua no intuito de lhe ofertar abrigo ainda com outras instituições que já realizavam ações em benefício da população mais pauperizada da cidade. Contudo, parece que a oferta de um serviço caracterizado como um serviço público com diretrizes e orientações firmadas pelo poder público municipal se deu de forma mais robusta com a entrada da Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais – ADRA em 1997. Até esse tempo permaneciam tanto o serviço de abrigo e os educadores que faziam a saída

às ruas, contudo, sem grandes novidades conforme aguardado após o fechamento do Centro de Triagem.

Só num tempo um pouco mais à frente é que a essas saídas às ruas ganham um novo personagem que veio com a tentativa de garantir a novidade tão aguardada, o Assistente Social. Desde os tempos do Centro de Triagem já se especulava a participação desse profissional nas saídas da segunda-feira. Houve até um pequeno ensaio que acabou por vitimar a Assistente Social do Centro de Triagem em uma situação de agressão física sofrida em uma das saídas com as triagistas e o policial militar. Depois dessa fatídica experiência, a inserção de um Assistente Social nas saídas se deu quando a ADRA assumiu o convênio com o município.

A participação do Assistente Social nas saídas às ruas proporcionou à essa atividade um pouco mais de formalidade e importância. Acreditamos que tenha sido a inclusão desse novo ator, o principal elemento que tenha permitido a essa tarefa, ir às ruas, ganhando, ainda que lentamente, o status de outro serviço: a Abordagem de Rua.

Durante um tempo desse tempo, a equipe de educadores sociais e assistente social que fazia a Abordagem na Rua, o fizeram utilizando como veículo, o transporte público de Vitória. Por mais estranho que possa parecer, os educadores sociais se deslocavam pela cidade de ônibus, para conhecer as situações pertinentes a vida na rua e para “convencer” a população de rua pela possibilidade do abrigo. Ainda nesses tempos a Abordagem não havia sido compreendida pelo poder público no seu papel estratégico de “ter informações da rua em tempo real” (Entrevistado VIII).

Quando essa compreensão se deu de fato, o poder público municipal estabeleceu a própria Prefeitura como a sede desse serviço. Assim, de 1998 a 2001 o serviço de Abordagem de Rua passa a funcionar ali mesmo na sede da Prefeitura, no edifício da Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes. Isso se deveu também ao fato de que ali naquele edifício era onde se situava a então Secretaria Municipal de Ação Social. A mudança física aponta principalmente pela mudança da compreensão do serviço na estratégia municipal de atenção à população de rua. É como se a Prefeitura de Vitória tivesse se dando conta de que a Abordagem é, de fato, a face

do poder público frente a frente com a sociedade municipal, por isso, ela passa a ser mais cuidada pelo poder público, e permanecer mais próxima da gestão municipal se torna então fundamental.

É nesse período em que a Prefeitura de Vitória se torna a sede do serviço de Abordagem de Rua, que uma outra estratégia fundamental de aproximação com a comunidade se inicia: as ligações telefônicas para a solicitação de abordagem à população de rua. Parece que esse fluxo de ligações já se dava de forma esporádica para o telefone da Secretaria, entretanto, foi nesse tempo que a Prefeitura oficializou um canal direto de comunicação com a comunidade de Vitória, um número 0800, divulgado pela Kombi da Abordagem que nessas alturas já circulava pela cidade. A divulgação do referido número formalizou a possibilidade dos moradores e/ou comerciantes da Capital solicitarem a intervenção pontual desse serviço quando sentissem necessidade.

Ao longo de quase dez anos a história de vida dos moradores de rua foi contada de funcionário a funcionário pela memória daqueles mais antigos. Dez anos sem prontuário, sem registro, dez anos de história oral. A cada história contada pelos usuários do serviço outras versões da vida iam se criando, se compondo. Alguns entrevistados avaliaram que contar repetidas vezes sua história não produzia movimentos na condição de vida na rua, produzia descrédito do usuário na possibilidade de potência mobilizadora desse recurso. Alguns chegavam a se negar, outros aproveitavam a oportunidade para a composição de outras versões da sua história.

Durante esses quase dez anos a Abordagem deslocou sua permanência entre a Secretaria de Assistência na Prefeitura e o Abrigo. Ora permanecia num local, ora em outro, em conformidade com a estratégia utilizada por cada Gestão Municipal para a utilização desse serviço. Ao longo desse tempo a comunicação entre a comunidade, o poder público e a Abordagem também foi se sofisticando. A disseminação do uso do telefone celular permitiu com que a cidade de Vitória pudesse solicitar a retirada do morador de rua diretamente à Abordagem e ainda permanecer *in loco*, conferindo atuação e reafirmando a necessidade desse tipo de intervenção junto à equipe.

Em alguns momentos a relação ficava mesmo tensa. O morador de casa tem a rua como lugar de passagem, o morador de rua tem a rua como lugar de permanência. É desse desencontro que vem o choque do encontro. Na cidade que não pára, quem permanece produz incômodos.

[...] às vezes a gente sentava no meio fio e ficava ali meia hora, quarenta minutos conversando com a pessoa pra ganhar a confiança dela. Agora se tivesse esse momento aí com o munícipe já não era possível, não dava condições. A gente tentava apenas mediar o conflito, tentava amenizar, convencer o morador: olha você não quer abrigo, você não quer ser atendido, você acha que não precisa mudar sua vida, tudo bem, mas tenta circular pela cidade, a gente orientava: olha, não monta barraca, não estende roupa para que o munícipe também não cause problema para o morador de rua (Entrevistado IV).

Sem retaguarda de outros serviços da rede socioassistencial, ou mesmo sem a existência de outros serviços, a Abordagem fazia um pouco de tudo, principalmente no que se referia a situações de emergência de saúde. Outra entrevistada conta diversas situações em que a Abordagem levou morador de rua para serviços de urgência médica tendo crise convulsiva, vomitando sangue dentro da Kombi, em surto psicótico. O acesso da população de rua a serviços de saúde dependia do transporte e da mediação possibilitados pela Abordagem de rua. Quer fossem pessoas ainda vivendo ao relento ou já acolhidas no Abrigo.

A relação da comunidade com a população de rua na cidade de Vitória transitava entre a solidariedade e a intolerância. Numa mesma comunidade era possível observar tanto ações de cuidado e proteção como as solicitações mais agressivas e intolerantes. Essas ações de cuidado e proteção eram compreendidas por alguns dos trabalhadores da Abordagem entrevistados para essa pesquisa, como empecilhos ao bom desenvolvimento do seu trabalho, uma vez que acabavam por proporcionar, afeto e vínculo daquele grupo de pessoas em situação de rua àquele bairro, rua e comunidade. Afeto e vínculo proporcionam permanência. Vários foram os entrevistados que se referiram ao trabalho de “conscientizar” a comunidade a não realizar doações diretamente aos moradores de rua, mas a fazê-las por meio dos serviços da Secretaria de Assistência Social. Assim, fragilizando esses laços de solidariedade, seria então possível a produção da demanda de encaminhamento ao serviço de abrigamento:

[...] eles vinham porque sabiam que iam ganhar sopa, porque tinha a distribuição de sopa. A sopa era o chama, era sopa na Costa Pereira, sopa na Vila Rubim, sopa na, ah tinha um outro lugar que tinha sopa que eu esqueci agora, e então atrapalhava a gente né. Fora os moradores de Jardim Camburi e Jardim da Penha também que atrapalhavam” (Entrevistado V).

De fato, conscientizar as comunidades de Vitória pela não doação foi uma estratégia bem frequente nesses tempos. Eram comuns as campanhas realizadas pela Secretaria utilizando panfletagem com endereços dos locais mais adequados para a doação de roupas e utensílios domésticos. Também foram relatadas pelos entrevistados diversas reuniões com associação de comerciantes de bairros para negociar a paralisação da oferta de comida na porta dos estabelecimentos. Com essas campanhas e reuniões, a Abordagem, bem como a iniciativa municipal de atenção à população de rua ia ganhando maior visibilidade na sociedade de Vitória.

Naquela época... os projetos de atenção a população de rua não eram tão conhecidos, não tinha uma estrutura né, não tinha uma articulação é, forte com outros serviços, com outras secretarias. Inclusive no início uma das grandes brigas da equipe era que o nosso colete fosse de uma outra cor, por que ele era verde, da mesma cor do pessoal da secretaria de serviços urbanos.[...] Nós chegávamos nos locais e perguntavam pra gente se a gente tinha ido pra podar árvore, se a gente era da zoonoses, se a gente tinha vindo pra pegar o lixo, por que os coletes eram iguais. Então foi uma grande briga da equipe, permaneceu a cor verde mais num outro tom, com emblema e tudo mais. Essa era uma grande briga da equipe por que até nisso se assemelhava aos outros serviços. (Entrevistado I. Grifos nossos).

O pessoal da limpeza urbana podia até ter uma proposta parecida com a da Abordagem, mas o tom que a Abordagem confere a essa proposta é diferente.

Kasper (2006), estudando a noção do habitar a rua dos adultos em situação de rua da cidade de São Paulo, aborda que a questão dos moradores de rua aparece nessa cidade como objeto de medidas da administração pública também de duas formas: como problema social, remetido à Secretaria de Assistência Social, e como problema urbanístico, da competência dos serviços de limpeza das vias públicas das subprefeituras.

No âmbito dos problemas urbanísticos de competência dos serviços de limpeza urbana, na cidade de São Paulo, o procedimento comum das subprefeituras para a atuação junto à população de rua é o *rapa*. Esse é o nome dado pelas pessoas em

situação de rua à abordagem, geralmente truculenta, realizada por fiscais da prefeitura que chegam numa Kombi, acompanhados por uma viatura da guarda municipal, para levar praticamente tudo que seja indesejável à manutenção da ordem da paisagem urbana: mobiliários, mantimentos, roupas, bibelôs, os documentos, as lembranças de outros tempos, ficando o morador de rua só com as roupas do corpo.

Segundo Kasper (2006) na outra vertente da política municipal, aquela de responsabilidade da Secretaria de Assistência Social, as ações geralmente implementadas em parceria com entidades religiosas, também têm como objetivo tirar as pessoas da rua, desta vez por considerar essa uma condição “indigna”. A retirada, no entanto, baseia-se mais na oferta de alternativas à rua, pautadas na perspectiva da reinserção, do que na repressão.

A finalidade comum entre os serviços urbanísticos e os da assistência social na cidade de São Paulo, tirar as pessoas da rua, apresentada por Kasper (2006) nos ajuda a entender o sentido possível de ser apreendido da narrativa da entrevistada I, apresentada na página anterior. Apesar de a retirada ser o objetivo comum a ambos os serviços, aqueles da assistência social se fundamentam em estratégias menos repressivas e truculentas, o que concede a esses “um outro tom”. Essas duas perspectivas de atuação da política municipal estão relativamente independentes uma da outra, e até, às vezes, em conflito uma vez que aquelas promovidas pelos serviços de limpeza muitas vezes contrariam as diretrizes da Secretaria de Assistência Social.

A maior visibilidade da Abordagem acabou por produzir uma certa armadilha para o poder público municipal, a demanda dos moradores da cidade foi se intensificando e se tornando mais rigorosa. É como se a cidade se indagasse: se a prefeitura tem trabalhado, porque ainda há tantas pessoas em situação de rua na cidade? Num contexto de maior visibilidade da Abordagem e diante da demanda de retirada da cidade, a estratégia da Abordagem parece ter se tornado a promoção da invisibilidade da população de rua fazendo-a circular pela cidade. Na ótica da cidade de Vitória desses tempos, aquele que pára no lugar que é de passagem produz incômodo. A via, a praça, a calçada são lugares de transição, não de permanência.

Enquanto circula, transita, o morador de rua se torna imperceptível, mais um no tráfego da cidade, ele é invisibilizado.

Então a gente combinava com eles, oh aqui vocês não podem ficar mais, vão dar uma voltinha vão escolher outro lugar pra ficar...e a gente teve que criar estratégias para que a comunidade não visse cinco usuários juntos, circula pra ninguém te vê, entendeu. (Entrevistado III)

[...] queria que vocês entendessem meu trabalho, entendessem a necessidade de que aqui não é lugar pra vocês ficarem, vocês estão na Reta da Penha, uma avenida movimentada, chama atenção, então vão dizer que a Prefeitura não faz nada pra você e a gente ta aqui pra fazer. [...] Aí a gente pegava aquela panela quente aquele um monte de comida, porque você pegava mesmo, e falava vão eu te ajudo, aí pegava tudo colocava na Kombi, bom agora onde você quer ficar? Você tem que escolher um outro lugar pra ficar, ou você quer ir pro abrigo? Não, não quero ir pro abrigo, então você escolhe um outro lugar pra ficar.(Entrevistado III)

No capítulo anterior destacamos que o público da intervenção do poder público municipal foi o elemento de indagação da Prefeitura. O fechamento do Centro de Triagem e o investimento em serviços voltados ao migrante apontam para uma certa dúvida sobre quem seriam as pessoas em situação de rua na cidade. Contudo a finalidade dessa intervenção se mantinha inalterada: desaparecimento das pessoas em situação de rua das cenas da cidade por meio da adesão ao serviço de acolhimento institucional. E para tanto, a técnica utilizada pelo serviço que ia à rua foi a do convencimento.

Nesse tempo, a finalidade continua inquestionada, contudo ganha um discurso mais sofisticado. O convencimento para a adesão ao serviço de acolhimento institucional foi se enfraquecendo na medida em que a oferta de outra vida alternativa à vida produzida na rua foi perdendo adesão das pessoas em situação de rua. Assim, nesse tempo, para o desaparecimento da população de rua das cenas da cidade, a estratégia que se produz é fazê-la circular pela cidade e a técnica utilizada para tanto é a criação de vínculo.

Não que uma estratégia e técnica substituam a outra, mas, a uma se acrescenta ainda outra. Ambas passam a ser utilizadas concomitantemente conforme a relação de um caso ou outro com a comunidade onde vive o morador de rua. A relação com a comunidade dá o tom para o trabalho da Abordagem.

Snow e Anderson (1998) produzem uma etnografia sobre a vida nas ruas da cidade de Austin, no Texas e dentre outros elementos, apresentam a estratégia da contenção como método para promover a redução da visibilidade dos moradores de rua na cidade:

Aplicada aos moradores de rua, a contenção é uma modalidade de resposta que busca minimizar a ameaça que eles representam ao senso de ordem pública, restringindo sua mobilidade ou âmbito ecológico e reduzindo sua visibilidade pública. Seu objetivo, como disse um policial sem pensar, "é manter os moradores de rua longe das vistas dos outros cidadãos". (SNOW; ANDERSON, 1998, p.167)

A contenção consiste numa prática, geralmente legitimada pelos agentes municipais de segurança, que visa manter os moradores de rua dentro de uma área urbana delimitada e geralmente degradada, onde se concentram também as instituições de atendimento à população de rua. Nesses espaços urbanos, a população de rua bem como seus modos de vida e estratégias de sobrevivência encontra um pouco mais de tolerância por parte da cidade.

Kasper (2006), aponta que na época de sua pesquisa, a baixada do Glicério em São Paulo, parece ter sido essa 'zona de contenção'. Essa região contava com a presença de um albergue, de uma *Casa de convivência*, de um ferro-velho mantido por franciscanos e, além disso, a população da baixada era, na sua maioria, pobre e boa parte dela morava em cortiços.

A estratégia da contenção apresentada por Snow e Anderson (1998) no contexto norte-americano e refirmado por Kasper (2006) em São Paulo nos dão um interessante contraponto de como as cidades articulam diferentes estratégias para fazer desaparecer a população de rua de suas cenas. Enquanto nesses exemplos uma das estratégias foi a de reduzir o espaço de circulação do morador de rua na cidade, em Vitória, a estratégia parece ter sido a de ampliar esse espaço de circulação, desde que a permanência não se tornasse prolongada em algum deles.

Todavia, uma análise cautelosa das áreas da cidade nos permite observar que na experiência de Vitória também encontramos zonas de contenção. Durante um tempo, a região da Ilha de Monte Belo teve uma certa tolerância aos catadores de materiais recicláveis que se estabeleceram ali em virtude da grande concentração de ferro velho e sucateiro, seus principais clientes na venda do material. Também na

região do Sambão do Povo em Mario Cypreste, várias barracas de moradias foram se estabelecendo abaixo das arquibancadas, até o período de proximidade do carnaval de Vitória. Ou seja, as estratégias de fazer circular e estabelecer zonas de contenção se alteram conforme a valorização imobiliária da região, como no caso do bairro Ilha de Monte Belo e os catadores, ou ainda em virtude da visibilidade promovida pelo turismo cultural, no caso do Sambão do Povo ¹²em época de carnaval.

A Abordagem começa então a descobrir que o vínculo pode ser um instrumento potente de condução da vida do outro. As histórias de vida e suas diversas versões são os dados, as informações a partir das quais trabalha o Assistente Social dessa abordagem.

[...] na abordagem teoricamente você teria que chegar no local conhecer a pessoa ouvir um pouquinho daquilo que ela tem, e oferecer o serviço se ela tiver necessidade. [...] Foi difícil tirar a idosa da rua, foi muito difícil a gente teve que ir lá e construir aquele vínculo com ela e aí ela foi acostumando, ela já via a gente e já conversava, porque no início ela não conversava e aí a gente conseguiu tirar e levar ela pra casa. (Entrevistado III).

É nessa época em que a metodologia está em voga nas discussões sobre a atuação da Abordagem. A classificação proposta pela autora Ana Paula Motta Costa ganha destaque. Essa Socióloga que havia sido gestora Municipal de Assistência Social na Cidade de Porto Alegre contribuiu intensamente na construção do Plano Nacional de Atenção à População de Rua junto ao MDS ¹³em 2005. Essa autora, além de contextualizar o fenômeno da população de rua à sociedade contemporânea de consumo, dá notoriedade a uma caracterização das pessoas em situação que foi descrita por Vieira, Bezerra e Rosa (1994 p. 93-95). Esses autores, por sua vez, identificam três situações em relação à permanência na rua:

1- As pessoas que ficam na rua: essas se configuram por uma situação circunstancial que reflete a precariedade da vida, pelo desemprego ou por estarem chegando à cidade em busca de emprego, de tratamento de saúde ou de parentes. Nesses casos, em razão do medo da violência e da própria condição vulnerável em

¹² O Complexo Walmor Miranda, também conhecido como Sambão do Povo, é o local dos desfiles das Escolas de Samba de Vitória. Foi inaugurado em 1987, sendo o palco do Carnaval até 1992, quando foi paralisado. O Carnaval só retornaria ao Sambão em 2002. Também foi palco do concurso de quadrilhas juninas, em 2010. Desde então vem ocorrendo uma série de reformas com o objetivo de melhorar ainda mais a estrutura do Sambão. Localiza-se no bairro Mário Cypreste.

¹³ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Ente da federação responsável pelas diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social.

que se encontram, costumam passar a noite em rodoviárias, albergues, ou locais públicos de movimento.

2- As pessoas que estão na rua: são aquelas que já não consideram a rua tão ameaçadora e, em razão disso, passam a estabelecer relações com as pessoas que vivem na ou da rua, assumindo como estratégia de sobrevivência a realização de pequenas tarefas com algum rendimento. É o caso dos guardadores de carro, descarregadores de carga, catadores de papéis ou latinhas.

3- E ainda as pessoas que são da rua: aqueles que já estão na rua faz um bom tempo e, em função disso, foram sofrendo um processo de debilitação física e mental, especialmente pelo uso do álcool e das drogas, pela alimentação deficitária, pela exposição e pela vulnerabilidade à violência.

Essa caracterização proposta por Vieira, Bezerra e Rosa (1994) se tornou então a fundamentação da rota de monitoramento da Abordagem de Rua desses tempos. A equipe produzia relatórios mensais quantificando e qualificando os abordados em “ser”, “estar” e “ficar” que subsidiavam o poder público municipal ainda no exercício de compreensão desse tão complexo fenômeno. De posse desses dados, a Abordagem e o poder público municipal começavam a observar quem era o público a quem se destinavam os serviços de abrigo (Abrigo e Albergue para Migrantes) que permanecia em situação de rua e aquele outro que ainda mantinha vínculos, ainda que fragilizados, com a comunidade e a família de origem, transitando entre a casa e permanecendo em situação de rua esporadicamente.

Ao longo das entrevistas fui me dando conta de que rota da Abordagem também conta a história da cidade¹⁴. As regiões por onde a Abordagem transita ao longo da sua história são aquelas em que há maior fluxo de pessoas, de produtos. As comunidades em que há maior solicitação pela desocupação das ruas também são aquelas em que ao longo da história de Vitória vão adquirindo maior valor imobiliário. Se por um tempo a região de circulação da Abordagem se deu no centro da cidade, em meados dos anos 90 e início dos anos 2000, a região comercial de Vitória já

¹⁴ Veja o Mapa II- pág. 82.

havia se deslocado em direção ao continente¹⁵. A Praia do Canto, Jardim da Penha e Jardim Camburi, bairros que acompanham a orla da cidade, já vinham ganhando o status de área mais nobre. E por esses cantos também circula a população de rua. “E disse (a moradora de rua) que ela gostava de ficar ali, ela gostava de Jardim da Penha por que tinha gente bonita, tinha coisas bonitas, os edifícios eram bonitos” (Entrevistado VII – parêntese nosso). Essas regiões mais cuidadas da cidade também proporcionavam às pessoas em situação de rua um movimento maior de auto-cuidado. Observamos isso com a mudança do Centro de Atendimento Dia para Jucutuquara, a mudança do Abrigo para o bairro Jabour. Os usuários investiam mais em si mesmos, tomavam banho com mais frequência, cuidavam mais da aparência, eram mais criteriosos com as roupas escolhidas.

É bem verdade também que por esses tempos a Abordagem começa a ver a produção da vida na rua. O perfil do público encontrado em situação de rua começa a ficar diferente. Até os anos 90, identificar um morador de rua era relativamente simples. Ele se destacava nas cenas da cidade, maltrapilho, sujo, sozinho ou em grupo, algum resíduo de uma residência se observava na organização do seu espaço privado construído em meio ao espaço público. Era o sofá no meio da calçada, as lonas ou papelão que dividiam o lugar de dormir e o lugar de cozinhar, por exemplo.

Por esses tempos aqui o morador de rua que começa a aparecer usa camiseta limpa e da Billabong, chinelo Havaianas branquinho, cordão de prata e boné de aba redonda. Está antenado nas tendências da moda. Transita entre a sua comunidade, a rua e os lotes murados, onde permanece dias a fio consumindo o crack. Por volta de 2007, chegou-se a duvidar que eles fossem de rua mesmo, afinal um mesmo jovem transitava entre ser, estar e ficar num tempo de uma semana e logo mais já tornava a ser só mais um jovem morador de casa da periferia da cidade, como tantos outros. Esse público estranho que começa a frequentar e permanecer nos lotes da cidade proporciona outra reviravolta na estratégia municipal de atenção ao adulto em situação de rua. Há que se reconhecer que pouquíssimos foram os

¹⁵ A Região Continental é a região administrativa 06 e compreende 13 bairros. Localizada ao Norte da Baía de Vitória, a região abriga a Universidade Federal do Espírito Santo e a produção de painéis de barro, artesanato de origem indígena tradicionalmente utilizado para preparar a moqueca capixaba.

serviços públicos que puderam observar tão de perto a entrada do crack na vida da juventude de Vitória e a Abordagem de Rua certamente está entre um deles. Mas esse já é um outro tempo...

5 MAIS UM OUTRO TEMPO: COMPLEXIFICANDO A ATUAÇÃO

A constituição desse tempo do Serviço de Abordagem de Rua se deu em função da ampliação da rede de atendimento à população adulta em situação de rua no município de Vitória. Nesse capítulo apresentaremos a ampliação e o rearranjo da rede de serviços socioassistenciais, as estratégias e o público alvo tomam outras características e os objetivos começam a ser questionados.

Esse tempo contempla, portanto, a inauguração do Centro de Atendimento Dia (CAD), da Hospedagem Noturna e a instituição dos convênios para as duas Casas Lar (destinadas ao adulto em situação de rua portador de transtorno mental) que nessa época já existiam como espaços anexos ao Abrigo para a População Adulta de Rua. Além desses, compunham ainda a Gerência de Atenção ao Migrante e a População de Rua (GPR), a Abordagem de Rua para o Adulto em situação de Rua, a Abordagem de Rua para Criança e Adolescente, o Centro de Atendimento Dia para Criança e Adolescente e o Albergue para o Migrante.

O Centro de Atendimento Dia (CAD-Adulto) foi um serviço de atenção à população adulta em situação de rua implantado no município de Vitória em meados de 2006. Tinha como propósito o atendimento no horário das 08h às 17h oferecendo a possibilidade de higienização, alimentação, atendimento psicossocial e oficinas socioeducativas. Tinha a capacidade de atendimento de 100 pessoas ao dia e surgiu como porta de entrada para os demais serviços da rede de atenção, permitindo assim, que o usuário fosse encaminhado para serviços de acolhimento institucional ou não, conforme seu interesse e a disponibilidade de vagas. O CAD foi descrito como um serviço mais adequado a um novo perfil da população de rua que começava a aparecer na cidade: jovens, usuários de crack, com pouco tempo em situação de rua, moradores das periferias da Vitória e que transitavam entre os

serviços de atenção à população de rua, a casa na comunidade e o Sistema Prisional. Não se identificavam com o modelo de acolhimento institucional em que se baseava o Abrigo para População de Rua.

De população de rua, a maioria devido ao uso de drogas, está na rua devido ao uso de drogas. Eu não conheci aquele perfil antigo alcoolista, muito poucos eu atendia nesse perfil, a grande maioria que eu atendia era usuários de crack que foram pra rua às vezes criança e recente tipo um, dois, três meses na rua, a grande maioria é usuário de crack mesmo, muito poucos alcoolistas que há anos estão na rua. Então eu não percebi essa mudança no perfil do popular de rua [...] eu acho que eles vinham de uma história de vulnerabilidade já e o crack entrava nessa história de vulnerabilidade, muitos traziam a questão da violência doméstica, exploração sexual é, abandono, negligência. E isso tudo junto com o uso da droga, eu acho que não era só a droga eles traziam toda uma história construída, estruturada, que o crack tava no meio disso tudo assim. (Entrevistado IX).

Em São Paulo, Kaster (2006) apresenta que um dos motivos mais apresentados por moradores de rua para a recusa da oferta de acolhimento institucional foi a disciplina imposta aos usuários: horários, fila para tudo, controle; em suma, tudo aquilo que caracteriza as instituições disciplinares. Um outro aspecto frequente nas falas sobre a recusa se referia à impossibilidade de habitar tais espaços: era morando em albergue que se sentia realmente na rua, pois é posto para fora às 6-7 horas da manhã, tendo que ficar na rua sem nada, o dia todo.

Nesse período, a capacidade de acolhimento do Abrigo permanecia sempre no limite. E os usuários acolhidos apresentavam as características daquele outro público: mais velho (acima de quarenta, cinquenta anos) que apresentava um histórico de muitos anos de vida nas ruas e em decorrência disso e do uso abusivo do álcool, apresentava uma condição de saúde já bastante fragilizada.

Para complementar a assistência a esse novo perfil, em 2007 foi implantada também a Hospedagem Noturna. Serviço que funcionava no período das 18h às 07h, mas que tinha como capacidade de atendimento um número de até 30 pessoas em situação de rua, sendo homens ou mulheres.

A ampliação da rede de serviços proporcionou à Abordagem de Rua um outro desafio. Cada serviço de acolhimento pressupunha um público com um perfil específico para o atendimento. Contudo, em sendo o CAD a porta de entrada,

caberia então à equipe de Abordagem reconhecer se aquele morador de rua já havia sido atendido em algum dos serviços de acolhimento da rede, levá-lo até o Centro de Atendimento Dia (CAD) para uma assistência provisória e viabilizar sua acolhida em um dos serviços onde já tivesse sido acolhido anteriormente. Essa característica é destacada por uma das entrevistadas, sendo nominada como “serviço cardápio”:

[...] as pessoas, a maioria que eu via chegando abordando, queria oferecer um abrigo, hospedagem noturna, queria oferecer um serviço. Tipo um cardápio que você abre né, e escolhe o que que você quer: é hospedagem, é albergue, o que que você quer né. E quando não escolhe, tipo é você que não quer escolher tá vendo, a gente tá te dando opção e você não quer. Eu me perguntava muito isso, que opção eu tenho que dar? E opções fechadas assim, isso eu me questionava demais, demais mesmo. Você quer o CREAS, oh! o CREAS tem isso, isso e isso. Eu entendo que tem alguns que vão caber dentro disso, mais tem muitos que não vão caber dentro disso (Entrevistado VII).

Era como se ao ir para rua, o profissional da Abordagem levasse consigo, na sua mala de recursos, de estratégias de atendimento a certeza de que aquela vida que se transcorre na rua não fosse mais uma opção de vida. É como se necessariamente, estar em situação de rua fosse uma falta de opção de vida. A mim parece inclusive que essa resistência da equipe e do poder público em ter como pressuposto de que há uma certa escolha na vida na rua chegou mesmo a ser, de certa forma, reconhecida pela população de rua. Em algumas circunstâncias, percebia um certo constrangimento das pessoas em situação de rua em negar a oferta do acolhimento institucional. Foram várias as estratégias observadas para a negativa ao acolhimento. Foram inúmeras vezes que eu mesmo presenciei usuários agendando um dia para aceitar o acolhimento institucional, porque antes daquele suposto dia teria que pagar uma dívida, teria que acertar uma conta, resolver uma história de amor mal-sucedido, enfim, vários motivos para postergar aquilo que, imaginavam alguns, se dava por falta de opção.

Não estou afirmando com isso que opção é alguma coisa que se cria sozinho, ao acaso. Que diante do fato de querer ou não querer a vida na rua ou fora dela não há o que ser feito até que uma decisão seja tomada. Não estou afirmando que caberia a Abordagem aguardar até que o morador de rua decidisse pela vida desejada. Minha afirmativa é que, para além das alternativas de vida fora da rua, há vida na rua. E essa vida na rua deveria ser material de trabalho da Abordagem.

Mas eu não sei se era serviço que eles queriam, sabe. Eu acho que não era isso, eu acho que o atendimento da abordagem poderia ser muito mais uma

escuta mesmo, pra você tá naquele encontro ali e tentar entender um pouco o que se passa, sentir mesmo sabe, do que chegar com um discurso pronto e falar 'tem isso, tem isso e tem isso, você que não quer'" (Entrevistado VII)

Reconhecemos que nos tempos de hoje em que a discussão que está em voga na sociedade é a possibilidade de internação compulsória para usuários de crack que perambulam pelas cracolândias das cidades brasileiras, uma gestão pública que assume a vida na rua como uma alternativa possível de vida e conduz a atuação dos seus serviços com esse pressuposto, assume uma postura audaz, ousada, corajosa e quiçá arriscada. Nesses tempos de dureza na compreensão dos arranjos da vida nessa sociedade, nesse tempo de medo generalizado, essa perspectiva certamente não encontraria apoio social da maioria da população e a Gestão Pública por sua vez, precisa da satisfação da maioria.

E eles (os moradores de casa) não querem ver isso, eles querem ver a cidade bonita, a cidade limpa, a cidade ideal. E a cidade não é ideal, a gente tem interferências o tempo todo nela, mais ninguém quer observar essas interferências, ninguém quer sentir essas interferências, todo mundo quer pensar numa cidade bonita, limpa, sem violência, tranquila, com saúde, com bem-estar (informação verbal obtida por entrevista. (Entrevistado IX -parêntese nosso).

Acho que a observação apresentada acima feita por uma das entrevistadas apresenta uma das características da Abordagem desses tempos que, em minha opinião também merece destaque. Essa Abordagem começa a observar suas próprias contradições e questioná-las. Não que esses questionamentos fossem feitos por todos os trabalhadores ou que encontrassem terreno para serem acolhidos no campo da Gestão. Isso, de fato, ainda não. Contudo, um certo incômodo com essa perspectiva do "serviço cardápio" começa a se fazer presente em algumas atuações e em algumas narrativas de trabalhadores a que tive acesso. Fazendo uma análise das narrativas que fizeram a composição dos três tempos recortados nesse trabalho, observo que foram pontuais os questionamentos a respeito dos objetivos do Serviço de Abordagem de Rua.

[...] aí eu acho que a abordagem tinha que se reinventar o tempo todo para criar estratégias de atendimento, não chegar com uma coisa, com um discurso pronto, construído, instituído. E tentar entender o que você gosta de fazer, então oh capoeira, vamos ligar pra um grupo de capoeira e vamos fazer uma capoeira aqui. Sei lá pensar mais em potências por que eu acho que pelo meio da arte e das coisas que eles realmente gostam de fazer eu acho que eles começam a pensar em outras possibilidades de vida assim, sabe (Entrevistado VII).

As estratégias e as técnicas de atuação do poder público foram se sofisticando, o público-alvo da intervenção foi mudando de características ao longo desses períodos dessa versão da história do serviço. Contudo, um questionamento um pouco mais robusto sobre a finalidade dos atendimentos à população de rua na rua, consegui esporadicamente na atuação de profissionais contemporâneos ao tempo da publicação da Política Nacional de Inclusão da População em Situação de Rua (2009). Além da promulgação da Política no cenário nacional, outro aspecto dessa perspectiva do “serviço cardápio” se apresentou como um possível elemento para a indagação a respeito da finalidade da Abordagem de Rua. É a história do “tem, mas acabou”.

Essa história do “tem, mas acabou” diz respeito à forma com que os profissionais da Abordagem lidavam com a distribuição das vagas dos serviços de acolhimento institucional tendo em vista as demandas e os critérios de encaminhamento. Em determinadas circunstâncias, o número de vagas nos serviços de acolhimento se fazia reduzido em relação ao número de demandas nas ruas. Aos profissionais da Abordagem e dos serviços de Acolhimento Institucional, cabia negociar as vagas, priorizando o encaminhamento para os casos que produziam maior incômodo social em detrimento daquele caso em que a possibilidade do acolhimento se dava num processo de construção de um projeto de vida mais amplo.

Ou seja, o profissional investia numa intervenção na perspectiva dos modos de subjetivação da rua, criava dispositivos em conjunto para a construção de desejos de vida mais ampliados e quando a demanda para acolhimento institucional aparecia como consequência desse processo, aquela única vaga aguardada há dias tinha que ser disponibilizada a um usuário que precisava se afastar de uma dada comunidade porque as solicitações começavam a se tornar mais violentas e havia o risco de uma agressão. “Às vezes é muito perverso por que como que a gente vai escolher? E quem escolhia ainda era o profissional. Quem? Como? Quem somos nós pra escolher quem tá menos pior!” (Entrevistado VII).

Outras vezes, a escolha que se fazia necessária se dava entre um idoso com a condição de saúde delicada e uma grávida que há uma semana não dormia em uso

abusivo e permanente de crack. Era inevitável a produção do sentimento de impotência e incapacidade.

Eu sofria de mais com isso Livia, sofria mesmo. Por que quando eles estão na rua [...] alguns falam, 'não aqui tá bom pra mim'. Mais tem muitos que querem algum serviço e o serviço mesmo que a gente com esse cardápio, a gente não tem pra todo mundo. Aí putz! O quê que a gente faz? E aí quando o cara escolhe: 'não, agora não dá mais, tem outro, né'. É muito paradoxal, muito. Você fica assim sabe, o quê que você quer trabalhar como perspectiva, sendo que o sistema, ao mesmo tempo que dá, não dá, sabe. É muito louco (Entrevistado VII).

A sensação é que, na ótica do profissional, o serviço de acolhimento institucional vai perdendo a potência de ser um recurso de ampliação de vida. Então, a rua começa a ser vista como um local potente para essa construção da possibilidade de repensar a vida e se reposicionar nela, como um processo que pode se dá antes da oferta do acolhimento institucional.

Em relação à Política Nacional de Inclusão da População em Situação de Rua, acredito que esse marco legal promulgado pelo Governo Federal em 2009 dispôs no cenário nacional e em Vitória um contexto para que outras perspectivas pudessem ser vislumbradas para a atuação junto ao público em questão. Primeiro pela afirmativa da Política de que o esforço na atenção a população de rua requer ações intersetoriais. Além da assistência social, saúde, educação, habitação, geração de emprego e renda, direitos humanos, dentre outros são convocados oficialmente à intervenção. A Política viabiliza a abertura a outro olhar e outra compreensão sobre o fenômeno da população de rua uma vez que estabelece como diretriz na atuação o acesso a oportunidades de desenvolvimento social, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos levando em consideração as relações e significados próprios produzidos pela vivência do espaço público da rua. (BRASIL, 2009a, p.16). Ou seja, a Política orienta pelo acesso a oportunidades e não pela saída da rua.

Aproximando a primeira década do ano 2000, a Abordagem já era um personagem conhecido nas ruas da cidade. Ela já detinha saber e tecnologias suficientes para reconhecer os casos novos e aqueles já atendidos e acompanhados pelos serviços da rede socioassistencial. Por saber e tecnologia me refiro aos relatórios mensais, aos relatórios diários, prontuários de usuários acompanhados, às planilhas de sistematização do perfil de atendidos e acompanhados. Nessa época e ainda hoje,

quando um morador de casa ia se tornando morador das ruas de Vitória, a Abordagem já atravessava seu caminho. Além da suposta liberdade, dos jogos de dominação, da oferta acessível da droga, a rua já contava, então, com a equipe da Abordagem de rua. Certamente chegar às ruas reconhecendo nela esse outro personagem, tornava a vida nas ruas bem diferente daquela experiência vivenciada pela população de rua de Vitória em Um Tempo.

Foi em função da aquisição desse saber-poder que um outro papel se deu também ao serviço de Abordagem de Rua: A Visita Comunitária. Este trabalho se dava pela participação da Abordagem de Rua nas Reuniões com as Associações de Moradores dos bairros de Vitória.

Quando eu iniciei as minhas atividades tinha até a psicóloga que estava, ela escreveu um projeto de visita comunitária que todos os bairros né, que tinha associação de moradores e tinha aqueles dias fixos de reunião na associação de moradores, que era um espaço que a Abordagem estaria indo pra falar o que era a Abordagem de Rua e sobre a política. Isso aconteceu durante poucos meses, e onde aconteciam as reuniões percebia-se que os tons das solicitações eram diferentes, e que nos locais onde aconteciam tinha menos solicitações. Por exemplo. Jardim Camburi e Jardim da Penha bombava de solicitação [...]. Quando começou a Abordagem na comunidade falar o que era o serviço, de falar sobre política, naquele período as solicitações diminuíram (Entrevistado I).

As Visitas à Comunidade ofereciam a oportunidade daquela região que apresentava um número grande de solicitações conhecer o trabalho que Abordagem já vinha realizando. Era o momento de o serviço apresentar sua expertise, que de fato existia no que tange à compreensão do que proporcionava a instalação da população de rua naquela determinada comunidade.

Além dessa, outras informações concernentes ao número de pessoas abordadas, estratégias de sobrevivência na região, vinculação entre as pessoas de um determinado grupo eram apresentados. Enfim, os esclarecimentos que a Abordagem realizava e a apresentação para a comunidade de que um trabalho vinha se realizando, de certa forma produzia na comunidade um sentimento de que as coisas estavam sob controle, de que a comunidade estava sendo assistida pelo poder público.

Dessa forma, as Visitas à Comunidade, uma vez que acabavam reduzindo a insatisfação daquela comunidade com a população de rua instalada lá, reduziam a pressão no atendimento à população de rua e permitiam que os profissionais pudessem construir junto com o usuário, no seu tempo e não no da comunidade, outras estratégias de vida.

Pelo que foi relatado por alguns entrevistados, o sucesso da estratégia acabou por dificultar sua continuidade porque produziu uma certa rivalização entre integrantes da equipe que culminou com a demissão daquela psicóloga que deu início ao projeto. Outras versões do fim das Visitas à Comunidade afirmam que houve um tempo em que as reuniões tornaram-se muito desgastantes para a equipe porque a relação entre algumas comunidades e a Prefeitura se tornou bastante agressiva em função de insatisfações com serviços de outras secretarias. Independente da justificativa, o fim dessa proposta de atuação da Abordagem parece ter produzido impactos importantes do dia-a-dia do trabalho.

O Serviço Fala Vitória 156 ¹⁶surgiu em outubro de 2008 com o intuito de ser um canal de comunicação que coloca o cidadão em contato direto com a Prefeitura de Vitória para receber informações, dar sugestões, fazer reclamações ou solicitar serviços. As demandas são dirigidas ao Poder Público Municipal por meio de ligações gratuitas feitas a partir de telefone fixo ou público de Vitória. O atendimento está disponível 24 horas, todos os dias da semana, incluindo feriados. As demandas são dirigidas às secretarias responsáveis que têm um prazo que vai de três semanas a três meses para dar resposta sobre as providências tomadas na resolução do problema em questão.

Dentre os serviços que podem ser solicitados pelo Fala Vitória 156 estão a manutenção, construção e/ ou recuperação da rede de drenagem pluvial, pavimentação, recuperação de meio-fio para calçada cidadã, informações a respeito de como acessar os benefícios do Bolsa Família, Auxílio Funeral, Auxílio Natalidade

¹⁶ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, VITÓRIA, 2011, disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/semad.php?pagina=falavitoria156>. Acesso em 08 de abril de 2011.

e ainda solicitar o serviço de Abordagem de Rua para adultos, crianças e adolescentes.

O Fala Vitória 156 não foi o primeiro recurso utilizado pela comunidade de Vitória para a comunicação com o poder público no sentido de solicitação de providências a problemas de ordem comunitária. Mesmo antes do dispositivo telefone, essas demandas de insatisfação social já chegavam ao poder público municipal. Contudo, o 156 institucionalizou a demanda social de invisibilidade da população de rua uma vez que mensalmente as solicitações se transformavam em estatísticas dos problemas pertinentes àquela secretaria. Além do atendimento à questão demandada, nesse caso o atendimento in loco ao morador de rua, cabia ainda à Abordagem responder por escrito descrevendo as ações tomadas para “solucionar” aquela solicitação.

Há que se reconhecer que já fazia cerca de vinte anos que a Prefeitura de Vitória tentava estabelecer estratégias para “solucionar” a questão do incômodo social produzido pela população de rua. Apesar da urgência contida na demanda realizada pela sociedade de Vitória para o atendimento daquele caso pontual, certamente, não seria em uma única abordagem à esse morador de rua que a equipe do Serviço de Abordagem de Rua responderia àquela questão. Assim, vários “casos-problemas” que eram institucionalizados por meio das solicitações já eram conhecidos pela equipe antes mesmo de se dirigir à localidade. Aquelas solicitações encaminhadas pelo 156 que apareciam num tom mais agressivo, de maior intolerância, a equipe da Abordagem era orientada a tentar contato telefônico com o munícipe e tentar uma mediação.

[...] tinha munícipe que eu ficava uma hora no celular com ele. Tentando convencê-lo: ‘mais você tem que tirar essa pessoa aqui da frente da minha casa’. ‘Calma senhor não é assim, a gente como Abordagem de Rua não tem esse poder de pegar as pessoas e tirar como se fosse um saco de lixo’. E ficava conversando com ele: ‘eu entendo que tá incomodando, eu entendo completamente, mais será que tirar é a solução?’ (Entrevistado VII).

As solicitações dos moradores de casa da cidade de Vitória eram dirigidas a uma central de atendimento e registradas por atendentes que muito pouco conheciam

das rotinas e desafios da Abordagem. Essas solicitações eram enviadas à equipe da Abordagem inicialmente por telefone pelo atendente e em seguida por escrito contendo número de protocolo, horário, nome, bairro em que residia o demandante e telefone para contato. As informações dos dados de identificação do demandante eram opcionais. De certo, a institucionalização das demandas sociais por meio do Fala Vitória 156 acabou por proporcionar à equipe do Serviço de Abordagem uma dada sensação de fracasso, de incapacidade de resolução das demandas. Para além dessa sensação de falta de competência, ainda se somava a dificuldade em administrar a chegada das demandas do 156 ao longo do roteiro de circulação pela cidade que ela realizava como rotina:

Então a gente tinha todo um cronograma de monitoramento [...] a rota dos bairros que a gente precisava passar, só que não dava certo, a gente tentava fazer mas a gente tinha também as solicitações do 156. A gente sabia onde que estavam os grupos na cidade (Entrevistado VII).

Perguntei para uma das entrevistadas se ela conseguia pensar como seria o trabalho da Abordagem sem o 156. Depois de um tempo pensando ela responde: *“Pra falar a verdade eu nunca parei pra pensar sobre isso”* (entrevistada I). Como é difícil pensar a Abordagem sem os olhos da cidade olhando pra ela. A entrevistada não conseguiu nem imaginar. A Abordagem é filha dessa solicitação da cidade de Vitória pela desocupação da rua, nasceu dela e parece lhe dever certo respeito e obediência.

Além da população de casa da cidade de Vitória, o serviço Fala Vitória 156 também era utilizado pela população de rua. Nesse uso é possível observar pelo menos duas intencionalidades diferentes.

Havia aquelas solicitações de pessoas que vinham de outros estados do país e que ao chegarem à cidade ficavam sabendo pelos circuitos de comunicação da rua que o município dispunha de serviço de acolhimento destinado ao migrante. Aí a solicitação se dava como uma espécie de central de informação. Havia também aquela solicitação de acolhimento institucional realizada pelos moradores de rua acompanhados pela Abordagem de Rua que já reconheciam que as solicitações realizadas por meio desse veículo eram critério de prioridade naquela distribuição

das vagas disponíveis. Aí a solicitação funcionava como uma tentativa de fortalecer a demanda alterando a lógica do critério para se beneficiar do encaminhamento.

Um instrumento tradicionalmente utilizado em desfavor da população de rua por demandar pela sua invisibilidade das cenas da cidade foi transformado em instrumento de legitimação de uma demanda pessoal de saída das ruas, ainda que essa retirada fosse provisória. Essa é mais uma das estratégias de sobrevivência que a vida na rua ensina.

Outro aspecto que se destaca no trabalho da Abordagem desse tempo é o atendimento a certas demandas dos moradores de rua, na rua. Em virtude da despotencialização vivida pelos trabalhadores com relação aos serviços de acolhimento institucional e ainda desse novo perfil que resistia aos encaminhamentos aos serviços, era comum viabilizar documentação, acessar serviços de saúde como o Centro de Prevenção e Tratamento a Toxicômanos (o CAPS/AD de Vitória) e ainda o Centro de Referência em DST/AIDS. Assim, o profissional da Abordagem articulava com o morador de rua e com o serviço em questão dia e horário e da rua mesmo dava prosseguimento à demanda. Todavia, as demandas de 156 acabavam por atravessar os acordos que eram tão arduamente realizados.

Viabilizar a oferta de serviços das políticas sociais ali mesmo da rua era um ponto crítico do trabalho da Abordagem. Para alguns profissionais essas deveriam ser demandas encaminhadas a partir do acolhimento institucional, como se deu em outros tempos, para outros, a possibilidade de investir em si mesmo era mais uma oportunidade desse morador de rua repensar a vida na rua e por meio desse investimento, quem sabe, optar pelo acolhimento. De qualquer forma, até hoje nunca encontrei escrito em lugar algum que para acessar a serviços de saúde ou mesmo os socioassistenciais é imprescindível que o usuário tenha residência fixa:

Mas eu penso que o serviço, ele tem que ter mais visibilidade para que as pessoas possam ter mais acesso. Ter um serviço pra que aquela pessoa a partir do momento que ela desejar, que ela quiser que ela possa estar indo a hora que for. Até por que a política fala disso, fala do acesso, fala do direito de estar na rua e do acesso, chegar na unidade de saúde e poder ser atendido sem documento, mesmo estando sujo, se quiser estar indo a um local pra tomar banho, fazer higiene e tudo mais, entendeu. Mas sem aquela cobrança de que aquela pessoa ela tem que sair da rua, ela tenha

que deixar de ser pessoa em situação de rua para ter acesso. E se aquilo for uma escolha de vida pra ela? Quando eu trabalhei eu peguei vários casos principalmente de trecheiros¹⁷ de pessoas que desejam aquela vida, que querem aquilo. Quem somos nós pra dizer que ele tá errado, que aquilo não é o certo pra ele. Nós que ficamos sentados atrás de uma mesa pra dizer 'olha tem que ser quadrado por que se for redondo vai rolar e não pode rolar'". (Entrevistado I).

“Tem que ser quadrado pra rolar”... É por isso que não rolava, não deslizava, quadrado não rola, não desliza. Quadrado tem que ser empurrado pra se movimentar sobre uma superfície. E por muitas vezes a tarefa da Abordagem acabava por ser essa mesma: enquadrar, tornar o morador de rua quadrado. A sensação que tive ao longo das escutas de algumas narrativas era bem essa: era preciso quase que empurrar o morador de rua para o acolhimento institucional, essa opção não vinha de um deslize da vida, de um movimento outro na vida.

A Abordagem, por quase todo o tempo, existiu vinculada a um outro serviço. Centro de Triagem, Abrigo, Centro de Atendimento Dia. Entre 2007 e 2008 a Abordagem de Rua conquista um espaço físico seu. Recompensa de um trabalho que vinha se destacando em função do reconhecimento de suas especificidades. Uma dada identidade ia se firmando. A institucionalização do espaço físico proporcionou à equipe um alívio e tanto da angústia e sensação de impotência diante dos números de solicitações que a cada mês pareciam só aumentar. Além disso, colaborou também para reduzir conflitos entre a coordenação da Abordagem e CAD que nesses tempos conviviam no mesmo espaço físico. Antes de sua mudança, equipe de Abordagem e CAD se confundiam e confundiam as coordenações no atendimento ao usuário que já frequentava o Centro de Atendimento Dia.

Contudo, essa mesma independência não se deu no campo dos recursos financeiros para sua manutenção. A contratação do pessoal, a compra de material de escritório e a manutenção das instalações físicas, mesmo no tempo de sua provisória independência física, ocorriam por meio dos convênios dos outros

¹⁷ Garcia, et al, 2008, definem o trecheiro como aquele morador de rua que não pára em lugar nenhum, vive na rua, transitando de cidade em cidade e sobrevivendo de bicos. *Trecheiro* está pautado numa lógica de instabilidade, a partir do momento em que se fixa em um único trecho adquire outra conotação, podendo tornar-se *pardal*. *Trecheiro* e *pardal* são categorias que promovem uma identidade de grupo e por isso são termos usuais na linguagem das pessoas que vivem em situação de rua.

serviços da rede de atenção à população de rua que compunham a mesma Gerência.

A publicação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais em 2009 foi o início de outra mudança na organização da Secretaria Municipal de Assistência Social que proporcionou impactos profundos no arranjo dos serviços socioassistenciais no município de Vitória. Foi nesse contexto também que se deu a implantação dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social, os CREAS.

Como nos demais municípios do país, até a publicação da Tipificação, os serviços socioassistenciais se apresentavam no formato de programas sociais desconectados que muitas vezes beneficiavam um mesmo público. A Tipificação ordena os serviços na lógica do Sistema Único de Assistência Social tendo como orientação os níveis de proteção socioassistencial, quer sejam a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

A Proteção Social Básica é o conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social estruturados para prevenir situações de vulnerabilidade e risco social e fortalecer os vínculos familiares e comunitários. As ações desenvolvidas destinam-se à população que vive em situação vulnerável em decorrência da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos) e da fragilidade dos vínculos afetivos e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências). No município de Vitória, os serviços que compõem a rede de Proteção Social Básica são: Centro de Referência da Assistência Social (Cras), Centro de Convivência para a Terceira Idade, Grupo de Convivência para a Terceira Idade, Projeto Caminhando Juntos (Cajun), Centro de Referência da Juventude (CRJ), Núcleo Afro Odomodê, Restaurante Popular de Vitória, Unidade de Inclusão Produtiva, Banco de Alimentos, Centro de Referência para Pessoa com Deficiência (CRPD) e o ProJovem Adolescente.

Já a Proteção Social Especial é voltada para o atendimento às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de

abandono, maus-tratos físicos ou psíquicos, abuso sexual, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, entre outras. Os serviços e programas têm por objetivo a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, o fortalecimento das potencialidades e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento da violação de direitos. Há uma estreita interface com o sistema de garantia de direito, exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e outros órgãos do Executivo.

A Proteção Social Especial agrupa os serviços de média e de alta complexidade. Os serviços de Média Complexidade são destinados a famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. A proteção social de média complexidade é organizada nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) onde são ofertados serviços que requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas. São serviços de informação, orientação, apoio e de inclusão social que visam à garantia e à defesa de direitos dos indivíduos e famílias com direitos violados. Os serviços são voltados para famílias com situações de trabalho infantil, abandono e negligência de crianças, violências contra crianças, adolescentes e idosos, abuso sexual, permanência nas ruas, famílias com adolescentes em conflito com a lei, e outras.

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade prioriza a construção de novos modelos de atenção e/ou abrigamento dos indivíduos que não contam mais com a proteção e o cuidado de suas famílias. Os serviços garantem proteção integral - moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido - para famílias e indivíduos que se encontram sem referência ou em situação de ameaça, necessitando ser retirado do convívio familiar e/ou comunitário. A Alta Complexidade opera por meio de abrigos, casas lares, centros-dia, famílias acolhedoras, asilos e repúblicas monitoradas. Os serviços objetivam o resgate dos vínculos familiares, o retorno à família nuclear ou extensa ou a construção de novos vínculos que permitam aos usuários uma vida autônoma na comunidade.

Em Vitória, a inauguração dos CREAS produziu, principalmente no que tange ao atendimento à população de rua, o fim do Centro de Atendimento Dia destinado à criança e adolescente em situação rua. Proporcionou também a reunião em um

único Serviço Especializado em Abordagem Social, conforme previsto pela Tipificação, dos dois serviços de abordagem de rua, o destinado ao adulto e o destinado à criança e adolescente.

Relatado agora, esse rearranjo até parece ter sido simples, contudo, a experiência na atenção à criança e adolescente e ao adulto em situação de rua proporcionaram às equipes diferentes orientações e diretrizes de ação bastante específicos a cada público atendido.

Esse mesmo desafio também viveu cada uma das equipes que já acumulava conhecimento nos Programas de Erradicação do Trabalho Infantil, no Programa Sentinela de atenção à criança e adolescente vítima de violência sexual. Com a implantação dos CREAS, a necessidade de compartilhar experiências e a disposição na construção de novos saberes se fez imprescindível.

Reunir numa equipe única em cada um dos CREAS profissionais com experiências de atuação tão específicas, talvez tenha sido tarefa das mais complexas e desafiadoras que a implementação do SUAS tenha proporcionado para gestão municipal.

Assim, com criação dos três CREAS no município (Centro, Bento Ferreira e Maruípe) o Serviço Especializado em Abordagem Social, agora um só para cada um dos CREAS, tem como responsabilidade o atendimento tanto de crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias em situação de rua. Novamente a Abordagem se vincula a um outro serviço como sua referência. Conforme já previsto pelo SUAS e confirmado pela Tipificação, assim como cada um dos CREAS, também o Serviço de Abordagem Social passa a atuar pelo ordenamento do território de referência e amplia suas ações com a finalidade de:

Oferecer trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. (BRASIL, 2009b, pág. 22).

Um novo ordenamento entra em cena oferecendo outros arranjos institucionais ao trabalho do Serviço de Abordagem Social. Junto a essa nova realidade, outros desafios certamente se colocam. Um exemplo, trabalhar pela perspectiva do

ordenamento territorial, com um grupo social que tem como sua mais impactante característica exatamente o fato de não ter território. Ou de pertencer a todos eles ao mesmo tempo. Outro exemplo: lidar com demandas sociais cada vez mais inflexíveis na convivência com as diferenças que se apresentam nas cenas da cidade num contexto em que os serviços de acolhimento institucional se tornaram despontencializados tanto para trabalhadores quanto para usuários. Mais um exemplo: compreender e lidar com uma juventude que circula pela cidade tendo outras formas de pactuação para a convivência social. Muitos desafios se apresentam, mas essa será uma história que já não cabe mais nesse recorte que realizei aqui.

Minha Alma (A Paz Que Eu Não Quero)

A minha alma tá armada e apontada

Para cara do sossego!

Pois paz sem voz, paz sem voz

Não é paz, é medo!

As vezes eu falo com a vida,

As vezes é ela quem diz:

Qual a paz que eu não quero conservar

Pra tentar ser feliz ?

As grades do condomínio

São prá trazer proteção

Mas também trazem a dúvida

Se é você que tá nessa prisão

Me abrace e me dê um beijo,

Faça um filho comigo,

Mas não me deixe sentar na poltrona

No dia de domingo

Procurando novas drogas de aluguel

Neste vídeo coagido,

É pela paz que eu não quero seguir admitindo.

O Rappa

1999

6 TECENDO OUTROS ELEMENTOS NA CONSTITUIÇÃO DESSA TRAMA

O propósito desse capítulo é o de introduzir alguns elementos que nos auxiliem a observar como as cidades, incluindo Vitória, vão elaborando uma certa racionalidade sobre a convivência com as diferenças sociais nos espaço urbano na atualidade. Propõem-se ainda articular essa dada racionalidade na composição do sentido do que Michel Foucault nominou como uma nova forma de governar as condutas tendo como perspectiva a liberdade que garante a razão econômica.

Nesse propósito, me alio ao conceito de Enclaves Fortificados de Caldeira (2011). Meu interesse em abordar essa questão aqui vai ao encontro dos interesses da própria autora, tendo em vista que para entender os desafios atuais da vida na cidade é preciso rever a maneira como as cidades concebem a incorporação da desigualdade social no espaço urbano. A referida autora revela que a segregação social e espacial na organização do espaço urbano em São Paulo ao final do século XX e início do século XXI se deu basicamente de três formas.

A primeira delas proporcionou a diferenciação dos grupos sociais que se concentravam numa área urbana relativamente pequena, tendo em vista os tipos de moradias. Esse processo se deu entre o final do século XIX até os anos de 1940. O segundo modo de segregação social na organização espacial da cidade de São Paulo ocorreu até meados dos anos de 1980 e foi nomeado como centro-periferia. Nesse modo de organização, os grupos estavam separados por grandes distâncias. Enquanto as classes média e alta concentravam-se nos bairros centrais, com boa infra-estrutura, os pobres viviam nas periferias precárias e distantes. (CALDEIRA, 2011).

A partir da década de 80 uma outra forma de organização da separação social vem se produzindo, os Enclaves Fortificados. Os Enclaves se caracterizam por serem espaços privatizados, fechados e monitorados para a residência, o consumo e o lazer. Incluem conjuntos de escritórios, shopping centers, ainda que outros espaços como escolas, hospitais, centros de lazer e parques temáticos têm se conformado a esse modelo. Caracterizam-se como propriedades para o uso coletivo, enfatizando o

que é privado, em contraposição, desvalorizam o que é público e aberto na cidade. São demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios. (CALDEIRA, 2011). Na cidade fragmentada pelos Enclaves Fortificados, o espaço público promove a ideia de que os grupos sociais devem viver em enclaves homogêneos, isolados daqueles percebidos como diferentes. Assim, fica difícil manter o princípio da acessibilidade e livre circulação no espaço urbano. Os condomínios fechados são uma versão residencial dessa forma contemporânea de segregação social e espacial. (CALDEIRA, 2011).

As residências coletivas passaram a serem valorizadas em detrimento das individuais só há bem pouco tempo. Pode se considerar que, até recentemente, as casas eram o sinônimo da residência digna por evidenciar os valores da privacidade, da liberdade e da família nuclear. Moradias coletivas, por um longo período foram desvalorizadas por causa de sua associação aos cortiços. Nos últimos anos os anúncios publicitários elaboraram “um novo conceito de moradia” transformando o tipo mais desejável de residência aquela enclausurada, fortificada, isolada. Opostos à cidade barulhenta, confusa e misturada, os condomínios fechados valorizam a distância da intensidade da vida urbana. (CALDEIRA, 2011).

Os novos sistemas de segurança propostos pelos condomínios fechados oferecem não só a proteção contra o crime, mas garantem o direito de não ser incomodado, privando seus residentes da possibilidade do encontro com outros grupos sociais como mendigos e sem-tetos. Seus moradores devem ter ao seu dispor quase tudo que possa evitar a vida pública na cidade. (CALDEIRA, 2011).

Nesse terceiro modo de organização da diferença social nas cidades, a segregação se dá não mais pelo distanciamento espacial. Condomínios de luxo se situam até relativamente próximos, fisicamente, das comunidades empobrecidas. O distanciamento é promovido pela restrição da circulação pelo espaço urbano, pela restrição na possibilidade de convivência com a diferença.

Ainda que Caldeira (2011) se refira a uma realidade de São Paulo na construção do conceito de Enclaves Fortificados, não demoramos em localizar essa novidade na região da Grande Vitória. Empreendimentos de alto valor imobiliário como o

AlphaVille Jacuhy na Rodovia do Contorno e o Boulevard Lagoa, ambos no município de Serra–ES, divulgam esse outro modelo de vida de forma cada vez mais intensa e frequente. Ressalto ainda, em relação ao segundo empreendimento imobiliário citado no município de Serra, que ele se encontra a uma distância geográfica irrisória do Bairro Feu Rosa, conhecido como um dos bairros mais populosos e violentos do Estado.

Caldeira (2011) apresenta uma consequência desse outro modo de segregação das diferenças sociais nas cidades, promovido pelo desenvolvimento dos Enclaves Fortificados, que se mostra conveniente à discussão levantada aqui. Os condomínios fechados, não tentam criar nenhuma sensação de pertencimento a uma comunidade, com interesses partilhados e que viabilizem as interações face a face, a despeito dos anúncios apelarem para tal argumentação. A experiência dos Enclaves, não produz um senso de vida pública regulada por princípios democráticos, responsabilidade pública e civilidade.

Associado às modalidades de segregação social e espacial nas cidades, outro elemento se configura no planejamento urbano: a penetração da lógica do mercado em todos os setores da vida pública e na administração das cidades. As cidades passam a ser cada vez mais investidas e administradas como empresa, competindo num mercado mundial para atrair investimentos.

Alguns dos especialistas mais respeitados do chamado *marketing* urbano enfatizam a necessidade de, a partir das características de cada cidade e dos infinitos mercados nos quais ela pode ser vendida, examinar adequadamente o tipo de consumidor virtualmente sensível aos atributos locais que a cidade oferece ou pode vir à oferecer. (ARANTES, 2009, p. 79).

Em suma, inerente a esse propósito de comercialização do espaço público, trata-se de reconstruir uma paisagem urbana, cuja função é tranquilizar os consumidores locais e os investidores externos. Na cidade de São Paulo, um aspecto deste processo, foi contemplado por Kasper (2006). Torna-se cada vez mais frequente o número de locais públicos como praças, canteiros centrais ou laterais entregues à gestão privada pelos chamados ‘contratos de parceria’. Empresas privadas adotam esses espaços para a realização da sua manutenção e ganham com isso o direito de colocar publicidade no local. Ao que nos parece, existe uma certa racionalidade,

uma certa lógica social da qual o Estado se apropria para conduzir a vida das populações, tanto as da rua, quanto às dos Enclaves Fortificados, à conformação, adequação, formatação à essa mesma lógica.

A lógica da cidade-empresa e da cidade-produto exposta num mercado mundial, exige a produção de uma imagem vendável de segurança e ordem. É no mesmo movimento de construção dessa cidade-produto que os Enclaves se constituem e constituem a demanda social pela invisibilização da população de rua.

Esse exercício de realizar as conexões que apresento aqui se dá fundamentado na premissa foucaultiana que analisa o Estado como “efeito móvel de um regime de governamentalidades múltiplas” (FOUCAULT, 2008b, p. 106). Ou seja, não pretendo com essas articulações atribuir ao Estado uma certa substancialidade, ou mesmo uma certa gênese desse processo ou sequer uma centralidade nessa trama.

Foucault aponta algumas mudanças na racionalidade do Estado com a interferência da razão econômica. A razão econômica promove o imperativo de uma naturalidade específica às relações dos homens entre si que ocorre quando eles espontaneamente coabitam, quando estão juntos, intercambiando, trabalhando e produzindo. O papel do Estado, sua forma de governamentalidade, quando atravessada pela razão econômica, vai ter como princípio fundamental, respeitar esses processos naturais. Nessa perspectiva, ao Estado convém manipular, suscitar, facilitar, gerir esses fenômenos naturais da sociedade de tal modo que eles não se desviem. Ou seja, ao Estado, caberá essencialmente como função garantir a segurança desses fenômenos naturais que são os processos econômicos intrínsecos à população (FOUCAULT, 2008).

O governo é uma tecnologia humana que o Estado Moderno herdou da pastoral cristã. O liberalismo modificou, enriqueceu, transformou essa tecnologia de governo das almas para governo dos homens. O governo dos homens é uma racionalidade exterior tanto à economia quanto à política, que as faz funcionar, dá força e eficácia ao funcionamento político e econômico. (LAZZARATO, 2008).

O liberalismo inventa um conjunto de técnicas de governo que se exercem sobre um novo plano de referência e que Foucault chamou de sociedade civil, sociedade ou social. A sociedade não é uma realidade em si, mas alguma coisa que faz parte da tecnologia moderna da governamentalidade. (LAZZARATO, 2008).

Segundo Lazzarato, 2008, para Foucault, o liberalismo não é uma teoria econômica e nem uma teoria política, mas uma arte de governar que assume o mercado como instrumento e como verdade da sociedade. Por mercado é preciso entender, não como definido pelo instinto do homem de fazer trocas, mas como concorrência e desigualdade.

A arte de governar, por meio do mercado e da sociedade, se desenvolve com uma capacidade cada vez mais sutil de organização do conjunto das relações sociais, econômicas e jurídicas tendo como ponto de vista a lógica da empresa. (LAZZARATO, 2008).

Para que o mercado seja possível, o governo dos homens deve intervir sobre a sociedade em si mesma: sua trama, as condições sociais, culturais, a educação, as regulações jurídicas. Para tornar o mercado possível, a racionalidade liberal produz uma política da vida. (LAZZARATO, 2008).

Os dispositivos de segurança são os que tendem a prevalecer no capitalismo, ainda que seja comum que o capitalismo seja analisado sob a ótica das estratégias disciplinares. A sociedade de segurança aperfeiçoa, explora e utiliza, sem, contudo suprimir, os dispositivos disciplinares e de soberania. (LAZZARATO, 2008).

Foucault aponta o surgimento dos mecanismos de segurança na gestão das cidades quando a razão econômica vai ganhando essencialidade nos seus circuitos de relação. Novas técnicas de gestão do espaço vão se desenvolvendo nas cidades no século XVIII. Com a supressão das muralhas, e a primazia do desenvolvimento econômico, a insegurança das cidades tinha aumentado devido ao fluxo de populações flutuantes, mendigos, delinquentes, criminosos. As técnicas disciplinares já não sustentavam mais o projeto atual e as possibilidades de desenvolvimento da cidade. Trata-se agora de administrar os fluxos na cidade, maximizando os

elementos positivos, a boa circulação e minimizando o que é risco e inconveniente como o roubo, as doenças sabendo perfeitamente que nunca serão perfeitamente suprimidos. (FOUCAULT, 2008b).

Enquanto a soberania capitaliza um território, colocando o problema maior na sede do governo, enquanto a disciplina arquiteta um espaço e coloca como problema essencial uma distribuição hierárquica e funcional dos elementos, a segurança vai procurar criar um ambiente em função de acontecimentos ou elementos possíveis, séries que vai ser preciso regular num contexto multivalente e transformável. O espaço próprio da segurança remete portanto a uma série de acontecimentos possíveis... (FOUCAULT, 2008b, p. 27).

A disciplina fixa limites à liberdade, aprisiona, impede. A segurança deixa fazer, favorece, incita, solicita. Ela é centrífuga, alarga, ela integra, cada vez, novos elementos na arte de governar. (LAZZARATO, 2008).

Assim, é possível compreender que as leis do mercado são generalizadas no corpo social como um todo, tornando-se um modelo de relações sociais, um modelo da própria existência, da relação do indivíduo consigo mesmo, com o tempo, com o grupo e com a família. (LAZZARATO, 2008).

Um policial de Austin, no Texas, contribui para a compreensão dessas relações quando aponta que o “[...] problema com os moradores de rua... não é necessariamente quão criminosos eles são, mas como o público percebe-os como criminosos [...]” (SNOW; ANDERSON, 1998). A presença da população de rua nas cenas da cidade se vincula, assim, à potencialidade do crime e da insegurança, cabendo ao Estado regular essa potencialidade fazendo-a desaparecer do olhar do “cidadão comum” por meio da sua circulação a qual promove a Abordagem de Rua.

No século XIX, o sonho dos administradores das cidades era o de vê-las livres das epidemias e da insalubridade, o que se traduzia muitas vezes em atitudes extremistas e autoritárias. Nas entrelinhas desse discurso eram as populações de classe social inferior as que iam sendo atacadas, já que os ricos raramente recebiam visitas sanitárias em suas casas por terem acesso a médicos que atendiam em suas residências. No século XXI, fundamentadas pela razão econômica, as práticas e

concepções higienistas ainda atravessam a gestão das cidades travestidas da égide do cuidado e da proteção.

[...] sob o rótulo de ciência, práticas e políticas discriminatórias, excludentes e criminosas, podem encontrar oportunidade de difundirem-se livremente, e por longo tempo, pela sociedade. (BEIGUELMAN, 1990 apud STANCIK, 2005).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões que suscitaram essa pesquisa se fundamentaram na tentativa de se compreender as possíveis relações entre o atravessamento da demanda social de desocupação da população de rua do espaço urbano e a atuação dos serviços públicos municipais de atenção a esse público. Nessa direção, uma certa história dos serviços públicos municipais de atenção à população de rua foi se traçando.

Os relatos dos trabalhadores a que tive acesso apontaram que essa demanda social de desocupação da população de rua das cenas da cidade acompanhou todo o desenvolvimento da política pública municipal no que se refere à atenção a esse público. Mais do que acompanhar, a demanda social parece ter produzido no poder público municipal todo um movimento de questionamentos, revisões e alterações nas estratégias de atuação junto a população adulta em situação de rua de Vitória.

Num primeiro momento do recorte realizado por esse trabalho, o movimento do poder público municipal se pautou no questionamento de quem era essa população que habitava as ruas do centro Vitória e produzia tanto incômodo ao comércio local. Diante desse questionamento, as estratégias municipais se dirigiram a oferta de serviços de acolhimento institucional que se voltaram às pessoas que frequentavam às ruas do Centro de Vitória em ações de mendicância. Todavia, um outro movimento das estratégias do poder público local se dirigiram àqueles que chegavam à cidade em busca de trabalho e renda. Nesse primeiro tempo, o serviço de atenção na rua à população de rua se caracterizou mesmo como um veículo de transporte da situação de rua à condição de abrigado. Nesse tempo inicial do recorte que realizei, assim como em alguns dos demais, a finalidade da atuação da municipalidade local era mesmo o desaparecimento da população de rua das cenas do espaço urbano, contudo a estratégia para tanto era o “convencimento” ao acolhimento institucional. Reconhecemos que nesse momento, a estratégia do “convencimento” se aproximava um pouco mais daquelas tradicionalmente repressivas uma vez que a abordagem era realizada em conjunto com a polícia militar.

Mais adiante no tempo dessa história produzida aqui, esse veículo de transporte da condição de situação de rua à condição de abrigado vai se instituindo como um serviço especializado, tendo como grande elemento de formalização do serviço a atuação do Assistente Social. Nesse outro tempo, apesar da finalidade se manter inquestionada, a estratégia para o desaparecimento da população de rua das cenas da cidade vai se sofisticando. O que chamo de sofisticação da estratégia é o seu distanciamento progressivo das estratégias tradicionalmente repressivas. Nesse tempo em que o “convencimento” parece não convencer mais, a Abordagem de Rua percebe que o vínculo é um instrumento potente de condução da vida do outro. Ao que me parece, essa mudança na estratégia contou com a participação de outro personagem, o psicólogo. Um fato que auxilia na afirmação de que esse foi um tempo marcado pela mudança de estratégia foi o grande investimento da Abordagem na pesquisa sobre as metodologias de atenção à população de rua, ganhando destaque as tipificações de “ser”, “estar” e “ficar”.

Nesse momento-movimento em que o vínculo se torna o principal instrumento da Abordagem de rua, a atuação profissional do serviço para lidar com demanda social de desocupação do espaço urbano que, diga-se de passagem, se intensifica se tornando cada vez mais violenta, vai produzindo a invisibilização da população de rua pela técnica de fazê-la circular pela cidade.

Essa descrição resumida dos tempos dos quais esse trabalho é composto serve para responder a uma das questões que originaram essa pesquisa: quais foram, historicamente, os impactos dessa demanda social na prática do profissional da Abordagem de Rua. Ou seja, a demanda social de desocupação da população de rua do espaço urbano vai produzindo na Abordagem de Rua estratégias e técnicas diferentes e cada vez mais sofisticadas para promover a invisibilização da população de rua das cenas da cidade.

Outra questão fundamental na origem dessa pesquisa se refere à possibilidade da atuação do poder público municipal junto ao adulto em situação de rua ser um elemento fortalecedor do discurso social de desocupação da rua. Reconheço que no cerne desse questionamento, quando de sua produção, estava a indagação de que as ações do Estado pudessem ser a origem da construção da demanda social.

Nesse sentido, o deslocamento dos elementos de compreensão dessa trama colaborou para também deslizar o questionamento sobre a origem em direção à participação.

Ou seja, o conceito de Enclaves Fortificados e as discussões foucaultianas a respeito da introdução da razão econômica na produção de uma certa lógica de organização do espaço urbano me forneceram subsídios para constatar que: uma certa modalidade de exercício de poder que também está presente na sociedade contemporânea vai sendo apropriada pelo Estado, todavia, não tem no Estado a sua origem, contudo, o tem como instrumento em cuja finalidade está a ampliação e fortalecimento dessa mesma razão econômica.

Assim, a atuação do poder público junto ao adulto em situação pode ser compreendida como um dos elementos que fortalecem a lógica da cidade-produto para a consolidação da razão econômica.

A produção social do novo “perfil” de pessoas em situação de rua, a que me refiro no terceiro tempo dessa história, pode ser percebida também como um novo modo de resistência desse habitar a rua. Já que a permanência é possível mediante a circulação, ser circulante passou a ser a única saída para a vida na rua. Ser circulante, antes mesmo que a Abordagem proponha isso como alternativa.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Sergio F.A, CASTRO. Myrian M. M. P. A arte de administrar a pobreza: Assistência Social Institucionalizada em São Paulo no século XIX In: Tronca. Italo A. (org.) **FOUCAULT VIVO**. Campinas, SP. Pontes, 1987.
- AGUIAR, Kátia. No calor de um lugar: território, subjetividades e poder. **Fractal: Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, dez. 2009 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922009000300012&lng=pt&nrm=iso.
- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Editora FGV. 2007.
- ALVES, Rubem. **O retorno e terno...** Campinas, SP: Papyrus, Speculum, 1992.
- ARANTES, O. , VAINERA, C., MARICATO, E. **A Cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BALDIN, Nelma, MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. **SNOWBALL (BOLA DE NEVE):** uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. Artigo apresentado no X Congresso Nacional de Educação. Paraná, 2011
- BAPTISTA, Luis Antonio. *A cidade dos sábios: reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades*. São Paulo: Summus, 2000.
- _____. **Combates Urbanos: a cidade como território de criação**. (2009). *Psicologia & Sociedade*, 21(4), 22-29.
- BOCCO, Fernanda; NASCIMENTO, Maria Lívia; COIMBRA, Cecília. A segurança criminal como espetáculo para ocultar a insegurança social: entrevista com Loïc Wacquant. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, jun. 2008 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922008000100028&lng=pt&nrm=iso. acessos em 28 nov. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-02922008000100028>.
- BRASIL, **Norma Operacional Básica. NOB/SUAS**. Brasília: MDS, 2005.
- , **Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua**. Brasília: MDS, 2009a.
- , **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília> MDS, 2009b.
- BRITTO, Fabiana Dultra; JACQUES, Paola Berenstein. Corpocidade: arte enquanto micro-resistência urbana. **Fractal: Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, ago. 2009 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922009000200010&lng=pt&nrm=iso. acessos em 09 jun. 2011. doi:

10.1590/S1984-02922009000200010.

CALDEIRA, T. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34 / Edusp, 3. ed. / 2011.

COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº 4, dez. 2005.

D'ÁVILA, Rosângela. **Vidas (in)surgentes na cidade-casa**. Universidade Federal do Espírito Santo. 2010. Dissertação de Mestrado.

DAVIS, Mike. **Cidade de quartzo**: escavando o futuro em Los Angeles. São Paulo: Boitempo, 2009.

FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1981, p. 12-22(a).

_____. O Nascimento da Medicina Social. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1981, p. 46-56 (b).

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. Direito de morte e poder sobre a vida. In FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**, Rio de Janeiro: Graal, 1999, p. 127-136 (c).

GARCIA, Clara Zeferino, et al. **Vivendo no trecho: um ensaio etnográfico sobre "moradores de rua"**. Pontourbe. Revista do Núcleo de Antropologia da USP. Ano 2, versão 3.0, julho de 2008.

<http://www.vitoria.es.gov.br/index.php>

JOSEPHSON, Silvia Carvalho. Espaços urbanos e estratégias de hierarquização. **Saúde e loucura**, São Paulo: Hucitec, n.6, p.143-154, 1997.

KASPER, Christian Pierre. **Habitar a rua** - Campinas, SP : [s. n.], 2006. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

KUNZ, Gilderlândia Silva. **Os modos de vida da População em Situação de Rua: Narrativas de andanças nas ruas de Vitória**. (Projeto de Qualificação).

KUSTER, Eliana. De desejos e de cidades: a difícil arte cotidiana da vida coletiva. **Fractal: Rev. Psicol.** Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, ago. 2009 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-

02922009000200007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 09 jun. 2011. doi: 10.1590/S1984-02922009000200007.

LAZZARATO, Maurizio. Biopolítica/Bioeconomia. In: PASSOS, Izabel C. Friche. **Poder, normalização e violência: Incursões foucaultianas para a atualidade.** 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. Cap 2. p. 41- 52.

LEFÈBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Tradução de Sérgio Martins e Margarida Maria de Andrade. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 184 p.

LOBO, Lilia Ferreira. **Os infames da história: Pobres, escravos e deficientes no Brasil.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LONARDONI, Eliana, et al. O processo de afirmação da assistência social como política social. **Serviço Social em Revista**, V. 8 – Nº 2, 2006. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/c-v8n2.htm> .

MATOS, Julia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski. **História oral como fonte: problemas e métodos.** *Historiæ*, Rio Grande, 2 (1): 95-108, 2011.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro. Meninos e meninas de rua: Impasse na construção da identidade da criança e do adolescente na república velha. São Paulo: **Revista Brasileira de História**, v. 19 – nº 037, 1999. ISSN: 0102-0188.

NETO, F. L. A política na sua relação com a medicina. In: NETO, F.L., **Biopolítica: as formulações de Foucault.** Florianópolis: Cidade Futura, 2010, p.23-50 (a).

ODA, A. M. G. R; DALGALARRONDO, P. História das primeiras instituições para alienados no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 12, n. 3, p. 983-1010, set.-dez. 2005.

OLIVEIRA, Walter Ferreira. **Educação Social de Rua: As bases políticas e pedagógicas para uma educação popular.** Porto Alegre, RG. Artmed, 2004.

OLIVEIRA, Tiago K. Foucault revoluciona a história? considerações sobre a obra *Vigiar e Punir* e a produção de conhecimento em História. *Dossiê Estudos de Gênero Volume 7, número 9, julho de 2010.*

PECHMAN, Robert Moses. 9 cenas, algumas obs-cenas, da rua. **Fractal: Revista de Psicologia.** v. 21, n. 2, 2009.

PIMENTEL, Juliana R. **A CIDADE NA CONTEMPORANEIDADE: é possível uma construção democrática?** Anais do 5º Encontro Nacional de Política Social - Desigualdade de Mercantilização da Proteção Social a América Latina. 03 04 e 05 de maio de 2010, Programa de Pós-Graduação de Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo.

PINTO, Luciano Rocha, A história como jogo: contribuições de Michel Foucault para o ensino da história. **História & Ensino**, Londrina, v. 17, n. 1, p. 149-165, jan./jun. 2011.

PIVA, Izabel Maria da Penha; SIQUEIRA, Penha. UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO Centro de Ciências Humanas e Naturais. **Sob o estigma da pobreza: a ação da Irmandade da Misericórdia no atendimento à pobreza em Vitória-ES (1850-1889)**. 2005. [1], 159 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

RODRIGUES, A. C. & BAPTISTA, L. A. S. (2010). Cidades-imagem: afirmações e enfrentamentos às políticas da subjetividade. **Psicologia & Sociedade**, 22(3), 422-429.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil: 1890-1930**. São Paulo, ED. Paz e Terra 3. ed. / 1997.

RODRIGUES, Ana Cabral. Cisões, silêncios e alguns ruídos: considerações acerca da subjetividade, cidade e modernidade. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, ago. 2009 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922009000200004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 09 jun. 2011. doi: 10.1590/S1984-02922009000200004.

SILVA, Márcia Regina Barros da Silva. O processo de urbanização paulista: a medicina e o crescimento da cidade moderna. São Paulo: **Revista brasileira de História**, v 27 – nº 53. 2007.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró, Pobreza no Brasil Colonial: Representação Social e Expressões da Desigualdade na Sociedade Brasileira, Histórica – **Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n.34, 2009, Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/materia02/>

SNOW, D.; ANDERSON, L.. **Desafortunados: Um estudo sobre o povo da rua**. Tradução: Sandra Vasconcelos; Petrópolis, R.J. Vozes, 1998.

STANCIK, Marco Antonio. Os Jecas do Literato e do Cientista: Movimento Eugênico, Higienismo e Racismo na Primeira República. **Publicatio Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes**, Ponta Grossa , Vol. 13, No 1 (2005).

TÓTORA, Silvana. Foucault: biopolítica e governamentalidade neoliberal, **Revista de Estudos Universitários**, Sorocaba, SP, v. 37, n. 2, p. 81-100, dez. 2011.

VENTURINI, Ernesto. A cidade dos outros. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, ago. 2009 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922009000200002&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 09 jun. 2011. doi: 10.1590/S1984-02922009000200002.

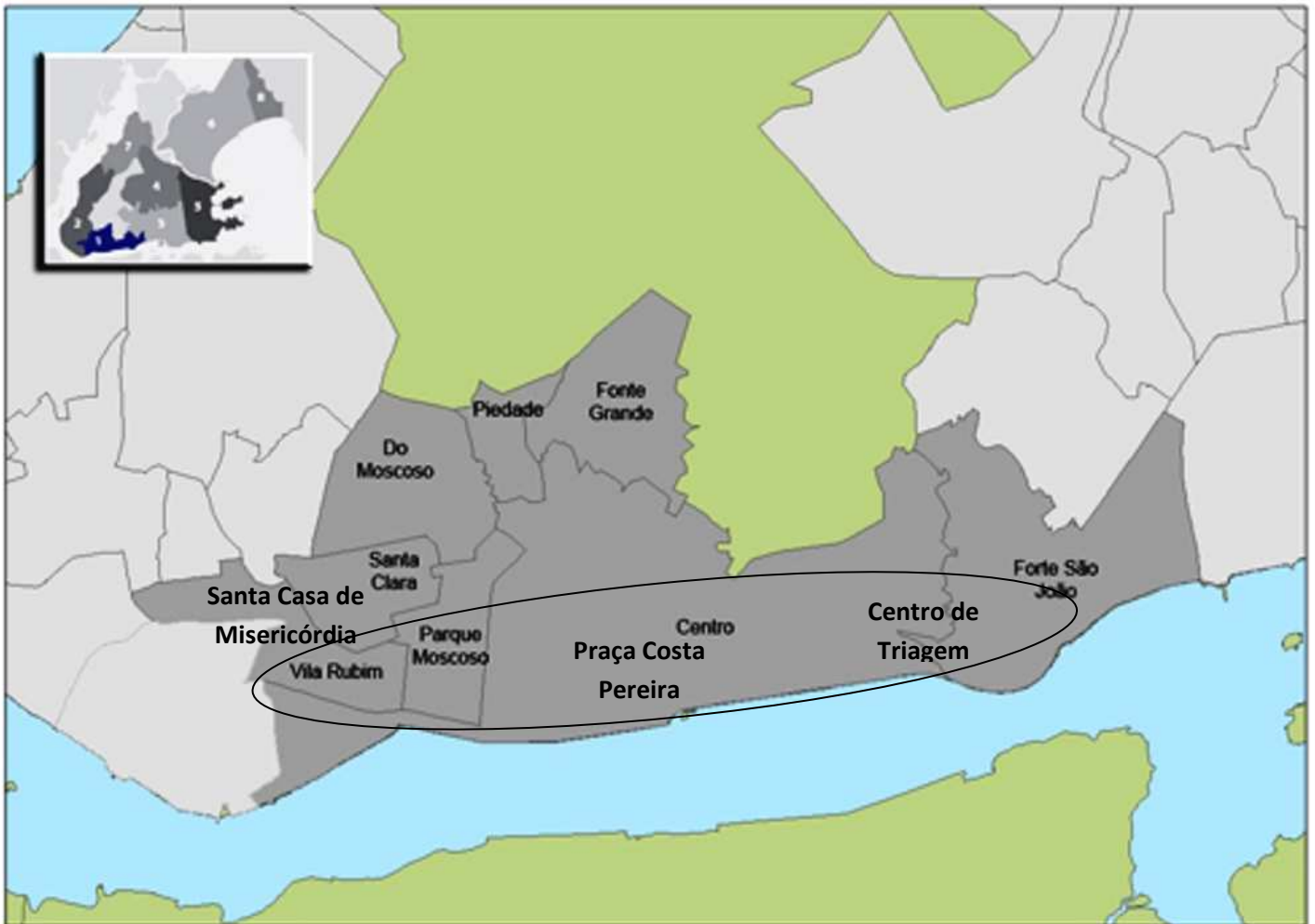
VEYNE, Paul. **Como se escreve a História: Foucault revoluciona a História**. 4. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1998.

VIEIRA, M. da C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. (Orgs.). **População de rua: quem é? Como vive? Como é vista?** São Paulo: Hucitec, 1994.

WEYLER, Audrey Rossi. **A loucura e a república no Brasil:** a influência das teorias raciais. São Paulo: Psicologia USP, v 17, nº 1. 2006.

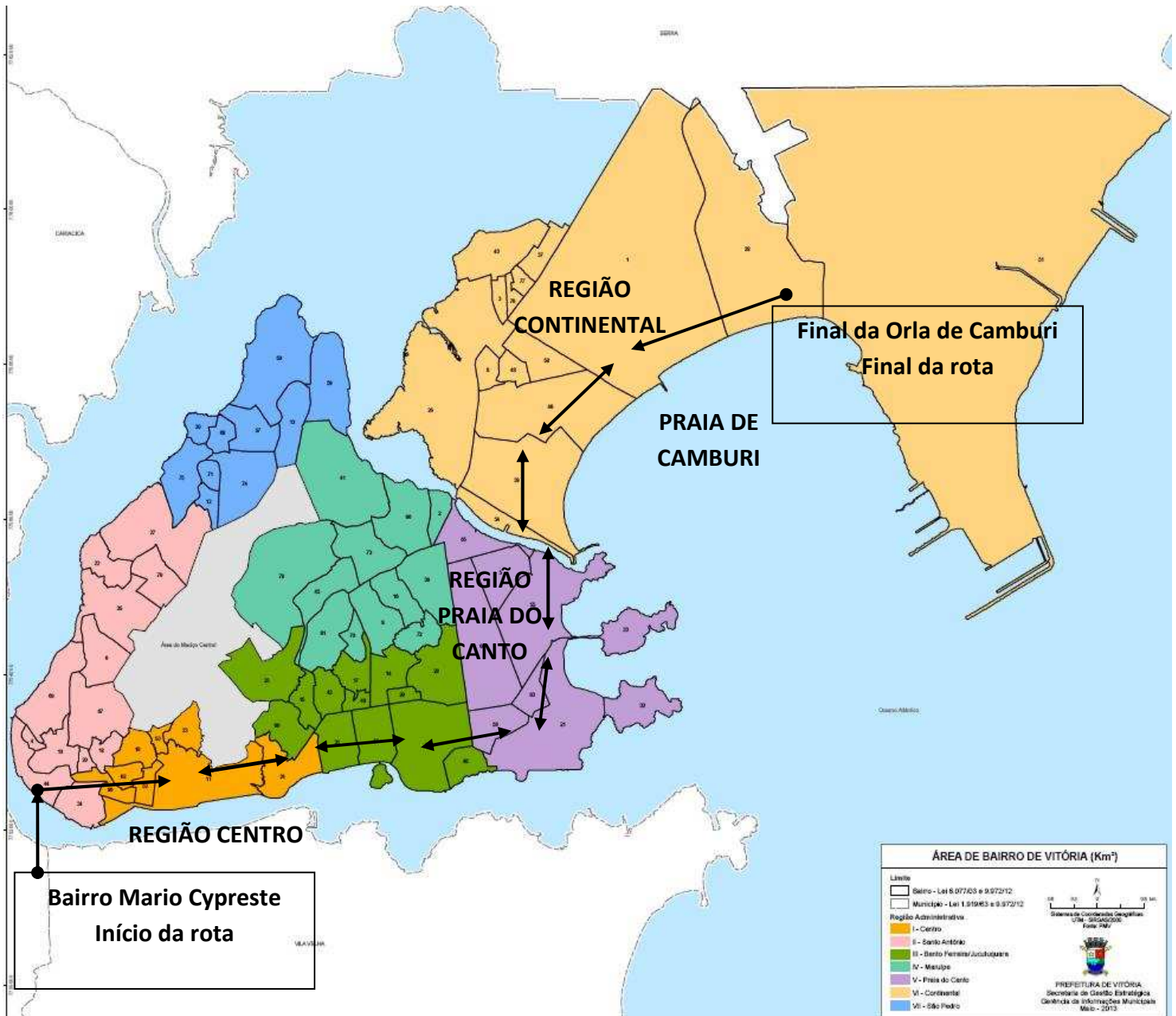
ANEXOS

Mapa I



Região Centro: Região de circulação inicial das Triagistas.

Mapa II



Área de circulação da Abordagem de Rua na cidade de Vitória entre o final dos anos 90 até os anos 2000.